



PROJETO ENTREVIDAS:

A REINserção DE EX-
DETENTOS NA SOCIEDADE

Daniilo Gomes Resendes

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, à minha família que sempre me ajudou e proporcionou essa experiência em Presidente Prudente. Às ilustríssimas Cristina Baron e Carolina Lotufo que me auxiliaram de diversas formas, desde a concepção da proposta até os pormenores que se desenvolveram ao longo do processo. À Greyci, que passou pelos momentos mais turbulentos me acalmando e cuidando de mim, sempre procurando florescer em mim o que tenho de melhor. À Aline, que foi uma companhia extraordinária, ouvindo as mais longas histórias e colaborou de uma forma muito importante para a realização desse trabalho. Ao Thiago e ao Ygor, meus eternos parceiros, aos quais agradeço pela convivência e pelas experiências vividas ao longo da concepção do projeto. Aos meus amigos e familiares que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse sonho, o meu mais sincero agradecimento.

Danilo Gomes Resendes
Trabalho Final de Graduação
UNESP | Presidente Prudente
2017

Trabalho Final de Graduação II do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Presidente Prudente.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cristina Maria Perissinotto Baron.

Coorientadora: Prof^a. Dra. Carolina Lotufo Bueno Bartholomei.

RESUMO

RESENDES, Danilo Gomes. **Projeto Entrevidas**: A reinserção de ex-detentos na sociedade: Projeto Entrevidas. Presidente Prudente, 2016. Monografia – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Presidente Prudente.

O presente trabalho apresenta o desenvolvimento do Projeto Entrevidas, local para acolhimento e redirecionamento da população egressa do oeste paulista. Para tanto, levantou-se o panorama geral da situação carcerária brasileira e também como se dá o processo reinsertivo do preso na sociedade. Este foi desenvolvido através da leitura de textos acadêmicos voltados ao tema, bem como a visita a órgãos públicos que visam a ressocialização do egresso por meio do trabalho e do acompanhamento psicológico ao indivíduo e sua família. Além disso, buscaram-se referências projetuais que justificassem a inserção do projeto dentro da malha urbana consolidada, visando também a reinserção espacial. Para tanto, fazendo um paralelo entre o que seria o quadro mais favorável buscando a reinserção social qualificada, propõem-se uma intervenção que capacite a mão de obra do egresso a fim de evitar a reincidência criminal.

Palavras-chaves:

Reinserção Social

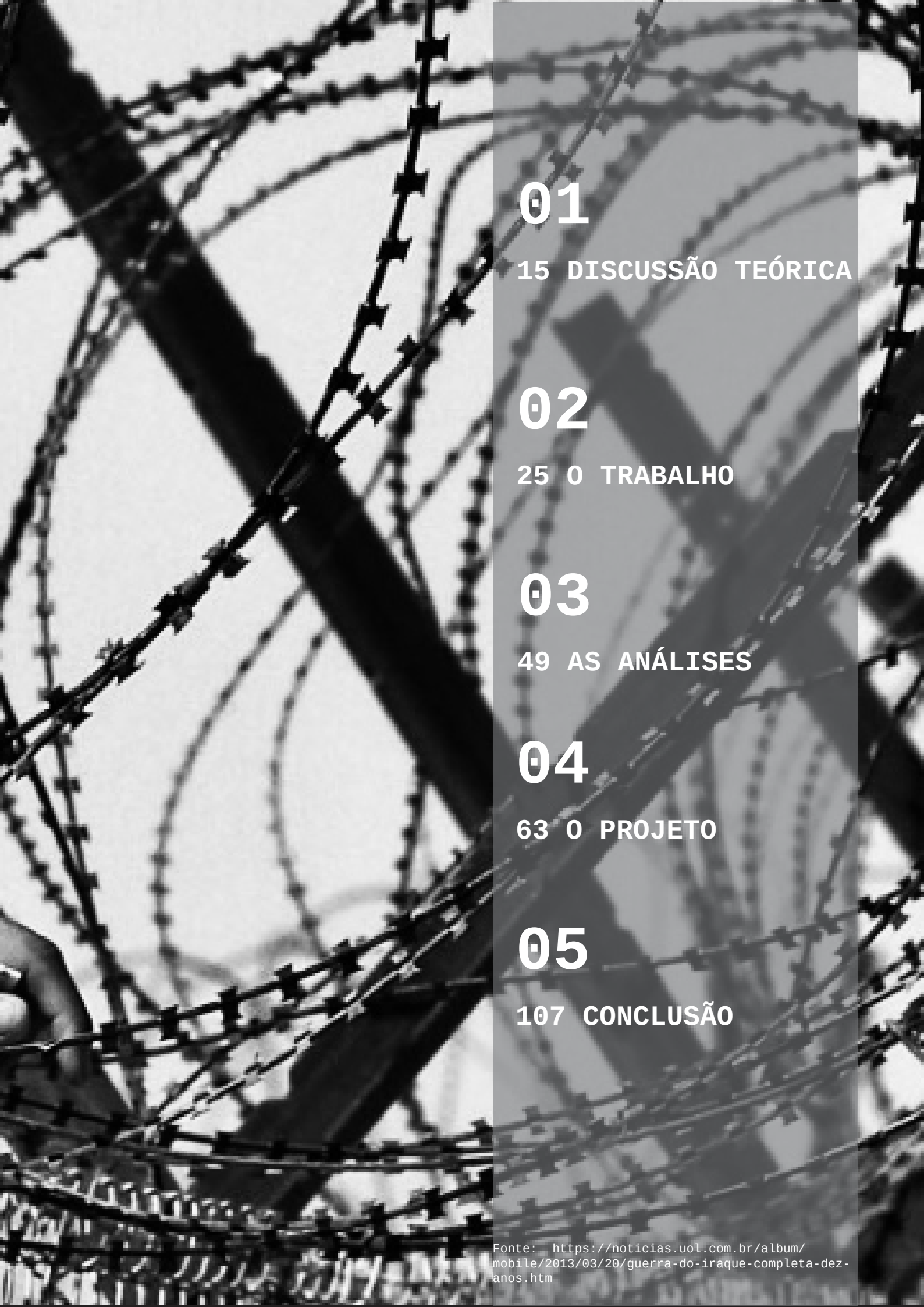
Qualificação Profissional

Equipamento Público para ex-detentos



Fonte: <http://esquerdaonline.com.br/2016/09/29/o-massacre-da-memoria/>





01

15 DISCUSSÃO TEÓRICA

02

25 O TRABALHO

03

49 AS ANÁLISES

04

63 O PROJETO

05

107 CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

Durante a graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, adquiri um pensamento crítico em relação ao tratamento das minorias em uma sociedade com ideais totalmente deturpados. A partir disso, comecei a me questionar acerca do papel do arquiteto dentro desse sistema e como essas desigualdades sociais podem, no mínimo, ser amenizadas.

Dentro desse contexto de disparidades sociais no Estado Brasileiro, procurei estabelecer uma linha de pensamento que se adequasse a uma questão social diferenciada que se adaptasse diretamente à realidade da cidade de Presidente Prudente e, após alguns estudos enxerguei a possibilidade de trabalhar com uma parcela da sociedade que é rechaçada, gerando um ciclo vicioso entre violência e rejeição – a população carcerária brasileira.

A história brasileira nos revela que essa população sempre sofreu com capítulos trágicos. O massacre ocorrido em São Paulo em 1992 era, até janeiro de 2017, a maior tragédia nacional relacionada à violência em relação aos detentos onde, segundo números oficiais, 111 pessoas perderam suas vidas de forma absolutamente cruel e desumana pela tropa de choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Todavia nesse ano a capital do Estado do Amazonas entrou para essa conta a partir de uma briga entre duas facções criminosas que ceifou as vidas de 56 pessoas (ALESSI, 2017). Embora os casos apresentados não sejam necessariamente sobre o mesmo tipo

de violência aplicada na situação, demonstram a urgência em debater o tema.

O presente trabalho propõe um equipamento de uso público, a partir da análise do sistema prisional brasileiro, buscando possíveis alternativas para diminuir os índices de reincidência criminal no país através da reinserção social. A partir disso, se discutirá qual é a potencialidade do trabalho no processo de reabilitação psicológica e social, bem como os programas que se destacam na cidade de Presidente Prudente que promovem a reinserção social por meio de atividades laborais. Doravante, buscou-se por projetos arquitetônicos que tivessem a recuperação, seja ela física ou social, como principal pauta norteadora do projeto, a fim de estabelecer uma linha de raciocínio lógico que expusesse o potencial restaurador da arquitetura no meio social e as diferentes formas de contribuir para a reabsorção do egresso provindo das unidades prisionais masculinas dentro do mercado de trabalho.

OBJETIVOS

Esse trabalho se propõe a realizar um projeto arquitetônico que possibilita uma nova abordagem da problemática relacionada ao processo de reinserção social do egresso, bem como compreender qual é a influência da capacitação profissional dentro do processo de ressocialização, de forma que ele seja mais bem sucedido, diminuindo a distância entre o indivíduo que sai da prisão e a sociedade. Com o intuito de compreender de forma mais clara quais são os direitos do indivíduo preso no Brasil, propõem-se a leitura da Lei de Execução Penal datada de 1984, que determina quais são os limites dos direitos dos internos:

Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

- I - alimentação suficiente e vestuário;
- II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
- III - Previdência Social;
- IV - constituição de pecúlio;
- V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

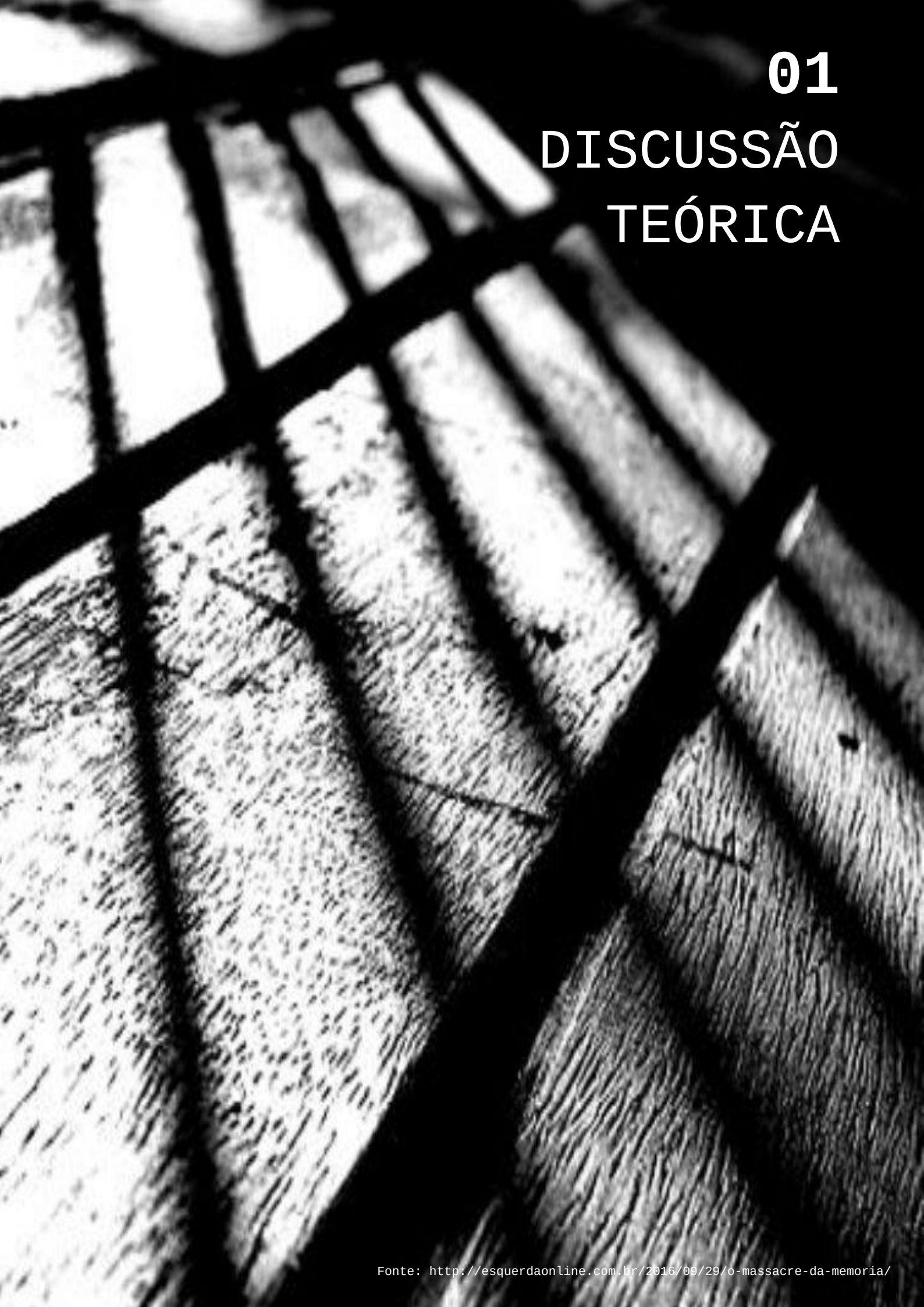
XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 10.713, de 2003)

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

(Lei de Execução Penal, 1984)

**"SER CRIMINOSO AQUI É BEM MAIS
PRÁTICO, RÁPIDO, SÁDICO, OU
SIMPLEMENTE ESQUEMA TÁTICO."**

RACIONAIS MC'S



01 DISCUSSÃO TEÓRICA

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Direito Penal foi marcado por penas desumanas até o século XVII, dado o fato de que a privação de liberdade não era considerada uma pena corretiva, mas sim uma forma de custódia até que fossem comprovadas as ações que permitiriam a punição por meio de torturas ou mutilações (FILHO, 2002).

Apenas no século XVIII a privação da liberdade passou a fazer parte das formas de punição por delitos dentro do Direito Penal, banindo paulatinamente as penas desumanas.

No final do século XVIII começam a surgir os primeiros projetos do que se tornariam as penitenciárias. John Howard (1726-1790) foi o precursor dessa nova tendência, após ser nomeado xerife do condado de Bedfordshire - Inglaterra, conhece a prisão de seu condado e decide saber mais sobre a realidade das outras prisões da Inglaterra. Em 1777, John publica a primeira edição de *The State of Prisons in England and Wales* (O estado das prisões na Inglaterra e País de Gales), onde ele faz uma crítica à realidade das unidades prisionais inglesas e propõe um conjunto de mudanças, sendo a principal delas a criação de lugares específicos para o cárcere.

Foucault (2012) usa o panóptico (conceito que descreve um cenário onde um vigilante exerce controle sobre os presos sem que estes o vejam) em sua obra, *Vigiar e Punir*, como uma metáfora que descreve como a sociedade ocidental busca a ordem dentro dos presídios de forma que, em seu modelo panóptico não é necessária

a presença de grades, correntes ou barras para garantir o pleno domínio sobre a população carcerária, a visibilidade permanente é uma forma de poder própria (ENGBRUCH e DI SANTIS, 2012).

No final do século XVIII e início do século XIX surgem na Filadélfia - Estados Unidos as primeiras formas de reclusão que isolavam totalmente os detentos que cometessem delitos graves. Após essa experiência, o sistema é aperfeiçoado na Irlanda, onde se estabelece a "liberdade condicional", na qual o preso poderia trabalhar em um ambiente aberto sem sofrer as restrições do regime fechado.

Outro momento marcante dentro dessa toada é a criação do Sistema de Montesinos na Espanha que estabelecia formas de trabalho remunerado, prevendo um caráter "regenerador" na pena.

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Durante o período que era uma colônia portuguesa, o Brasil não possuía um Código Penal próprio que regulamentasse o sistema prisional devido o fato de ainda ser uma colônia portuguesa. O conjunto de leis que regulamentavam o sistema prisional eram as Ordenações Filipinas, que em seu livro V descrevia os crimes e penas que seriam aplicados no Brasil. As punições previam desde humilhação pública, passando por penas corporais e até mesmo a morte. É importante ressaltar que não existia a previsão do cerceamento e privação de liberdade (ENGBRUCH e DI SANTIS, 2012). Os estabelecimentos prisionais do Brasil entendiam que a prisão deveria ser uma forma de evitar a fuga da pena que viria e não como fim.

A partir de 1824, com a nova Constituição, o país começa a reformar seu sistema punitivo banindo as penas de tortura ao passo que o ambiente prisional passa a ser humanizado: “seguras, limpas e bem arejadas havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme a circunstâncias, e natureza dos seus crimes” (ENGBRUCH e DI SANTIS, 2012). Em 1830, o Código Criminal do Império prevê a pena de privação de liberdade através de dois mecanismos: a prisão simples e a prisão com trabalho.

O Código de 1890 passa a apresentar problemas estruturais, relacionados diretamente à população carcerária crescente, na época, a maioria dos crimes recebia uma pena que envolvia trabalho dentro dos presídios, fatalmente houve um déficit de vagas muito expressivo.

QUADRO ATUAL

O panorama do sistema penitenciário brasileiro atual demonstra uma realidade onde a violência, as condições desumanas e degradantes fazem parte do cotidiano dos presos. Essa situação é evidenciada ao passo que as penitenciárias apresentam um cenário onde a estrutura básica de um estabelecimento, que deveria buscar reabilitar o sujeito para sua reinserção na sociedade, está longe de ser suficiente.

A Lei de Execução Penal (LEP) de 1984 garante os direitos do egresso, privando-o apenas do seu direito de ir e vir. Esse mecanismo jurídico possui as qualificações necessárias para reverter o quadro negativo dos centros penitenciários brasileiros, além de promover benefícios ao apenado e à sociedade em geral através de especificações e diretrizes relacionadas ao correto processo de ressocialização (SANTANA, 2014).

CIDADANIA SUPRIMIDA

Segundo a Constituição Federal, no Art. 5º do Capítulo I: a cidadania diz respeito à igualdade de direitos para todos, garantindo a liberdade física e de expressão aos brasileiros, sem distinção de sexo, raça ou cor. Embora esse direito seja garantido pela constituição vigente no país, em muitos casos ele não é totalmente respeitado.

O conceito de cidadania está diretamente atrelado ao respeito mútuo entre os cidadãos dentro de uma sociedade igualitária, que procura abolir a diferença entre seus membros, independentemente de diferenças étnicas, religiosas ou de classes. Todavia, há um claro distanciamento entre os termos empregados hoje em dia e a realidade das cidades brasileiras. Pensar no bem estar do próximo é considerado algo “progressista”, quando na verdade esse pensamento nada mais é do que uma decorrência natural do que a cidadania deveria garantir. Essa discussão nos leva a pensar no tema social e cidadão a ponto de nos questionar se, dentro dos padrões atualmente estabelecidos, a cidadania realmente é aplicada a todos de uma forma igualitária (MAGALHÃES, 1995).

Brandão e Farias (2013) defendem a ideia de que o detento deve ser enxergado como um membro da sociedade que têm seus direitos garantidos por lei, com exceção daquele vinculado ao direito de ir e vir. A partir disso, é um dever do Estado elaborar políticas públicas a fim de oferecer oportunidades de emprego para a população carcerária.

Dessa forma, além de diminuir os índices de reincidência dentro dos presídios e cadeias públicas brasileiras, a valoração da condição humana dessas pessoas seria resgatada, reintegrando-os aos diversos segmentos sociais e dinamizando de uma maneira digna a vida dessas pessoas (MIRAGLIA, 2010).

O sistema penal brasileiro apresenta sérias deficiências em sua estrutura que, quando combinadas, denigrem ainda mais a imagem do apenado quando este é devolvido ao meio social dada a influência direta de organizações criminais dentro dos presídios e o quadro ocioso que permeia o ambiente do preso. O cenário apontado por Ribeiro (2009) descreve as dificuldades enfrentadas pelo ex-presidiário quando ele é reinserido na sociedade e no mercado de trabalho:

(...) é preciso refletir sobre a situação do egresso que já sai estigmatizado da prisão, para tentar uma oportunidade em meio a tantos, neste mercado de trabalho altamente competitivo. É praticamente impossível uma pessoa passar boa parte de sua vida na prisão, sem profissão, carregando um estigma de ex-presidiário conseguir se reintegrar a sociedade.
(RIBEIRO, 2009, p. 18).

Além da negação dos direitos garantidos por lei por meio da cidadania dessas pessoas, é importante destacar a constante convivência com incertezas em relação ao seu presente e futuro, por conta do grande índice de rejeição por parte da sociedade em relação aos apenados. Assis (2007) afirma que aproximadamente 90% dos presos brasileiros são reincidentes, e o fato mais inquietante sobre esse dado é que essa taxa recidiva não está associada somente

ao tratamento ineficaz recebido durante a pena, mas sim ao sentimento que permeia o repúdio e a depreciação por parte da sociedade e do Estado, ao mesmo tempo em que ele busca reconquistar sua liberdade.



Fonte: <http://jusliberdade.com.br/os-mitos-contra-privatizacao-do-sistema-penitenciario/>

**"AS PESSOAS NÃO SÃO MÁS, ELAS SÓ
ESTÃO PERDIDAS. AINDA HÁ TEMPO."
CRIOLO**

O TRABALHO



A REINCIDÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO

A origem da palavra “trabalho” vem do latim tripalium (tri - três; palum - madeira) e é associada a um instrumento de tortura de madeira comum nos tempos remotos na Europa. Essa associação com atividades degradantes ao ser humano desenrola-se de forma que seu sentido é vinculado à destituição de posse dos pobres para pagamento de dívidas e impostos (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2016).

A partir do século XIV, a palavra passou a ter a conotação semelhante àquela a que a língua portuguesa lhe atribui nos dias atuais, associando-a à “aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim” (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2016).

Há divergências acerca da obrigatoriedade em relação às atividades laborais para os indivíduos que estão inseridos no sistema penitenciário brasileiro, a Constituição Federal (CF) prevê, em seu art. 5º XIII, que o preso tem a liberdade de escolha de trabalhar e exercer uma profissão durante o período de reclusão, enquanto a Lei de Execução Penal (LEP) prevê o trabalho como um dever vital dentro da rotina do preso.

Chaves (2004) expõe essa dualidade de diretrizes em relação ao trabalho que causam complicações em relação à interpretação acerca de qual deve ser o posicionamento das autoridades frente à necessidade do egresso em exercer algum tipo de atividade laboral

durante o período de reclusão ao passo que,

A CF, em seu art. 5º, XLVII, estabelece que não haverá pena de trabalhos forçados, porém a LEP prevê a obrigatoriedade do trabalho enquanto pena. Então a expressão “direito ao trabalho” contrapõe-se à expressão “dever de trabalhar”.
(CHAVES, 2004).

Além das divergências conceituais em relação a esse tema, é importante lembrar que, de acordo com o art. 41, II da Lei de Execução Penal, é dever do Estado prover uma ocupação para os detentos, bem como remunerá-lo durante o período em que este estiver preso.

LABORTERAPIA

A realização pessoal humana envolve diversos fatores que podem englobar aspectos totalmente distintos entre si. Marx afirma que o trabalho consiste em uma atividade fundamental para o pleno desempenho do papel social de um indivíduo no ambiente em que está inserido (PEREIRA, 2013).

Antunes (2009) defende a ideia que há um ciclo que consiste em sanar as necessidades humanas e planejar as ações futuras visando o bem-estar social do indivíduo. A partir do momento que essa série é interrompida pela venda da força de trabalho, ocorre a valorização do capital dentro da força de trabalho disponível no mercado e, conseqüentemente, este se torna cada vez mais exigente e excludente no tocante à massa trabalhadora contratada.

É muito importante ressaltar que, dado o alto nível de exigências técnicas e sociais que o indivíduo é sujeito para entrar na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, o vasto universo de atividades terciárias que alimentam o mercado informal aumenta gradativamente, absorvendo grande parte daqueles que não possuem todas as qualificações necessárias para disputar um espaço na formalidade (GRAVE, 2002).

Após o período de reclusão e volta ao convívio familiar e social, os apenados, que anseiam por mudança em relação à seu comportamento no passado, passam a buscar meios de sobrevivência a fim de promover condições de vida digna para si e sua família.

Ao entrar em contato com o mercado de trabalho e todas as modificações que este sofreu ao longo do tempo de cumprimento da pena, há uma grande dificuldade em reinserir-se no meio produtivo principalmente pela desatualização tecnológica e as exigências por qualificações cada vez maiores. A partir desse cenário, o mercado informal e o desemprego parecem ser as duas opções mais viáveis para os egressos.

Há dois grandes grupos de egressos dentro do sistema prisional brasileiro: aqueles que não possuem qualquer tipo de qualificação profissional ao entrarem no sistema penal, e os que apresentam certo nível técnico que os capacita para disputarem uma vaga no mercado informal, todavia, segundo Filho (2004), estes:

(...) sofrem a defasagem dos seus conhecimentos, principalmente pelos avanços tecnológicos incorporados a esses serviços e pelas diferenças administrativas e gerenciais na prestação dos mesmos. O distanciamento dos parâmetros de qualidade, de técnica, de preços, de formas de operação do mercado de trabalho acirra a impossibilidade de vinculação imediata dos egressos a postos formais e informais de trabalho.
(FILHO, 2004, p. 6).

Sem dúvida o trabalho é a forma mais eficaz de reinserir esse grupo de pessoas na sociedade. Contudo, a rotulação negativa da população carcerária, por parte da mídia brasileira, dificulta consideravelmente as chances de sucesso na reinserção desse grupo social. Conforme Goffman (1988), há dois grandes grupos estigmatizantes que devem ser suprimidos para se obter sucesso no acolhimento social dos egressos: o primeiro consiste na quebra dos

estigmas criados na tentativa de reinserção do apenado no mercado de trabalho formal; e o segundo em inibir os estigmas que o indivíduo carrega das relações construídas dentro do sistema prisional em que esteve inserido. Afinal, os egressos que cometeram delitos considerados hediondos costumam, em sua maioria, ser alvo de desconfiança por parte da equipe de trabalho.

Dentro desse novo contexto cercado de incertezas e desconfiança por parte da sociedade, é imprescindível que haja um esforço para que o trabalho não seja enxergado como continuação da pena, mas sim, uma possibilidade tangível de fazer o sujeito sentir-se novamente pertencente ao meio social, além de promover um ambiente propício à transformação de valores, anteriormente deturpados, do mesmo.



Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/trabalho-liberta-detentos-do-regime-semiaberto-no-parana-00q41z09316dfc8vre4q4rhto>

O TRABALHO E O EGRESSO

Embora o papel do Estado seja de promover a reabilitação e reinserção eficazes dos egressos dentro da sociedade, atualmente é notória a dificuldade que o sistema penitenciário brasileiro enfrenta para reinventar-se, afastando-se dos processos desumanos que ali ocorrem para “ressocializar” o condenado (SOUZA, 2014). Esta precariedade do sistema inverte a missão da execução penal, ao passo que o objetivo principal da privação da liberdade é dar início ao processo de reabilitação do mesmo, todavia segundo Mirabete (2004) o cenário penitenciário brasileiro é o oposto:

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação. (MIRABETE, 2004, p. 24).

De fato as unidades prisionais não são capazes de promover condições para ressocializar os transgressores da lei. O apoio da família e a qualificação profissional são os principais meios para reabilitar o preso.

Mirabete (2004) defende o papel do trabalho no que diz respeito à essa ação restauradora da atividade laboral:

Exalta-se seu papel de fator ressocializador, afirmando-se serem notórios os benefícios que da atividade laborativa decorrem para a conservação da personalidade do delinquente e para a promoção do autodomínio físico e moral de que necessita e que lhe será imprescindível para o seu futuro na vida em liberdade. (MIRABETE, 2004, p. 84).

Dada a importância da atividade laboral no processo de reinserção social do egresso, Chaves (2004) enxerga três teorias relacionadas aos possíveis efeitos produzidos pela imposição das penas no Estado brasileiro, são elas: a Teoria Absoluta, Teoria Relativa e as Teorias Mistas.

o Teoria Absoluta: dentro dessa teoria, a autora afirma que as penas aplicadas conforme essa linha de raciocínio apresentam um teor retributivo, ou seja, as sanções devem ser aplicadas proporcionalmente aos grau de gravidade do delito.

o Teoria Relativa: nesse grupo teórico, as punições aplicadas ao indivíduo possuem um caráter preventivo, em outras palavras, essa Teoria desenvolve exatamente o oposto sugerido pela Teoria Absoluta.

o Teoria Mista: esse quadro teórico apresenta uma terceira possibilidade paliativa para reeducação dos egressos, tomando por base a concomitância de ações preventivas e intimidadoras.

O Estado brasileiro aplica, através das Leis de Execução Penal, a Teoria Mista para regimento pleno das penas de forma a contribuir para o cumprimento efetivo das mesmas em conjunto com uma série de ações que possibilitam a reinserção harmônica do interno na sociedade.

Chaves (2004) ainda defende o papel fundamental exercido pela comunidade no seguimento das ações ressocializantes. Os estigmas carregados durante e após o cumprimento da pena potencializam os preconceitos gerados dentro da sociedade, dada a ineficiência dos processos adotados pelo sistema penitenciário brasileiro e sua estrutura física deficitária.

A individualização das penas é uma forma eficaz de tratar cada problema social de forma específica, buscando a melhor forma de tratar o problema, além de assegurar o respeito à dignidade do indivíduo em questão.



Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-01-06/corpos-manaus.html>

A REABILITAÇÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE

Durante o período de análise sobre o processo de reinserção social do egresso em Presidente Prudente buscou-se estabelecer contato com órgãos que tratam essa questão. Dentre as entidades que pautam suas atividades na reintegração social foi possível entrar em contato com duas instituições públicas: o Centro de Apoio ao Egresso e Família, e a Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”.

Centro de Apoio ao Egresso e Família (CAEF) – Presidente Prudente

O Centro de Apoio ao Egresso e Família concentra suas atividades na manutenção e regularização dos egressos ao saírem da prisão, esse trabalho consiste desde o reordenamento dos documentos do egresso até acompanhamento psicológico ao mesmo após sua saída. Além disso, prestam serviços de apoio à família durante todo o período de detenção através, por exemplo, da promoção de acompanhamento psicológico durante o período de reclusão.

A ajuda oferecida aos ex-detentos se dá por meio de organização de eventos voltados à reinserção no mercado de trabalho formal através de convênios do Estado com empresas locais. A grande dificuldade enfrentada em relação à imersão dos egressos no mercado de trabalho se dá pela quebra de leis trabalhistas por parte das empresas que contratam essa mão de obra. Além disso, o CAEF

encontra severas dificuldades nessa tarefa pelo fato de dispor de uma lista escassa de convênios firmados na porção Oeste do Estado de São Paulo.

Em linhas gerais, o papel desempenhado pelo Centro de Apoio ao Egresso e Família tem um caráter fundamentalmente administrativo, viabilizando um processo de reinserção mais eficaz do egresso.

Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP) – Presidente Prudente

O trabalho desempenhado pela Fundação tem por objetivo a qualificação profissional e requalificação social através de medidas implantadas pela própria instituição vinculadas à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SAP).

Um exemplo do trabalho organizado pela FUNAP é visto nas chamadas “Oficina Escola” - as quais são fábricas de produtos manufaturados consumidos tanto pelo próprio sistema prisional quanto pela sociedade (roupas, bolas, móveis escolares, etc.) que visam a ressocialização dos presos e não necessariamente a qualificação profissional.

Por meio de intermediações e convênios com empresas, a Fundação estabelece contratos empregatícios para os apenados do regime semi-aberto, possibilitando sua reintegração dentro do mercado de trabalho de forma paulatina. Em relação aos presos do regime fechado, o trabalho concentra-se dentro das próprias unidades,

através de serviços de manutenção do espaço físico e com demandas alimentícias dos centros de reclusão.

O trabalho feito com os presos envolvidos nesse programa visa dar autonomia para exercer uma profissão que possibilite o êxito em busca da sua independência financeira, através de um trabalho autônomo legalizado que esteja de acordo com a sua pré-disposição para o ofício, como por exemplo, trabalhar com poda de árvores, serviços na construção civil, manutenção de equipamentos de informática, serviços de costura e beleza, capacitação para produzir alimentos e comercializá-los, evitando os estigmas que este pode enfrentar caso queira reinserir-se no mercado de trabalho formal.

PROJETOS ESTUDADOS

A escolha dos projetos estudados foi norteada pela capacidade restauradora deles, portanto não seguiu um padrão específico que mantivesse uma relação direta com a reabilitação de egressos. Buscou-se fazer uma compilação das principais características de cada um e em como eles poderiam contribuir para a concepção do Projeto Entrevidas, de forma a explorar o poder reabilitador da arquitetura de uma forma mais ampla e não apenas restringir-se ao tema de reinserção social de egressos.

**CENTRO COMUNITÁRIO DE
REABILITAÇÃO DE BELMONT,
AUSTRÁLIA**

**Billard Leece Partnership
| 2012**

O projeto é voltado para dependentes químicos que desejam se afastar das drogas por meio do convívio social com outras pessoas que têm os mesmos objetivos, de forma a reforçar o coro em prol da reabilitação.

Um dos principais pontos do projeto diz respeito à própria plasticidade do mesmo (Figura 1), enquadrando-se dentro da paisagem de forma sutil e favorecendo o contato com o exterior. A dinâmica do espaço sugere um pátio aberto no centro da área designada às

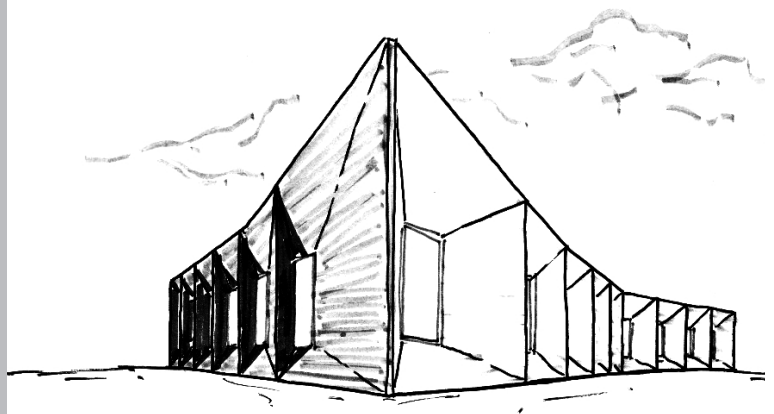


Figura 1 - Estudo Volumétrico
Produção própria, 2016.

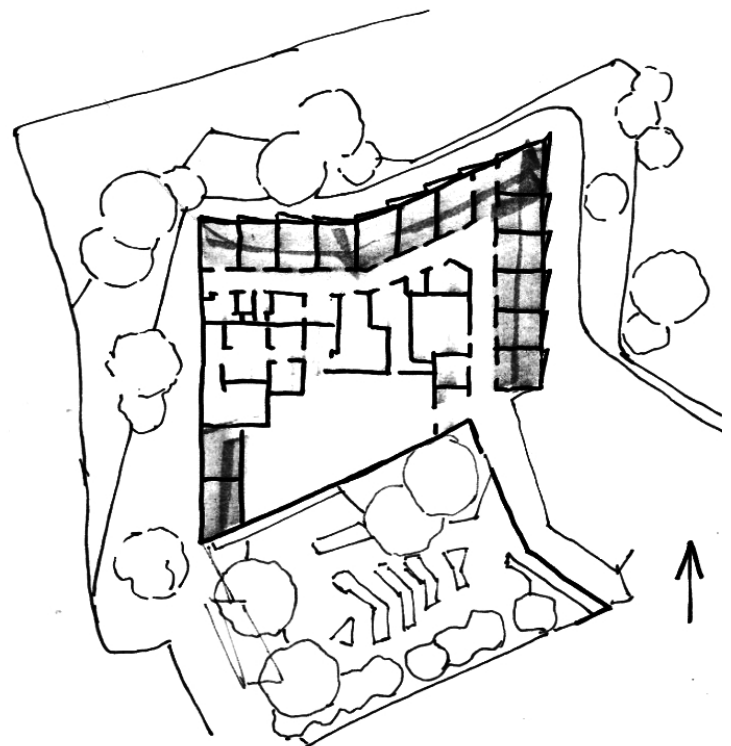


Figura 2 - Estudo de Implantação
Produção própria, 2016.



Figura 3 - Estudo Volumétrico
Produção própria, 2016.

unidades habitacionais (Figura 2) de forma a recriar ambientes propícios para o encontro dos usuários do espaço. Além dessa disposição espacial específica, pensou-se em criar uma praça a sul dos dormitórios.

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS:

Disposição espacial;
encontros; plasticidade;
áreas verdes.

EXODUS CUBE, ROTTERHAM, HOLANDA

**Personal Architecture |
2013**

As casa cubo (Figura 3), além de grande marco dentro da arquitetura holandesa, desempenham um papel que vai muito além do abrigo, elas têm por objetivo a reinserção de presos que estão em fase

final de cumprimento da pena.

Localizado em uma área central da cidade, a Exodus Cube tem caráter altamente ressocializador. Sua posição estratégica possibilita que o egresso possa desfrutar do meio urbano sem qualquer medo de repressão, aumentando ainda mais o grau de sucesso nas políticas de reintegração social dessa população.

Os ambientes internos procuram manter essa relação com o exterior proporcionando os encontros entre os moradores, contribuindo para o melhor convívio social dos internos, além de segmentar o edifício conforme sua utilização (Figura 4): reservando

o piso térreo para os

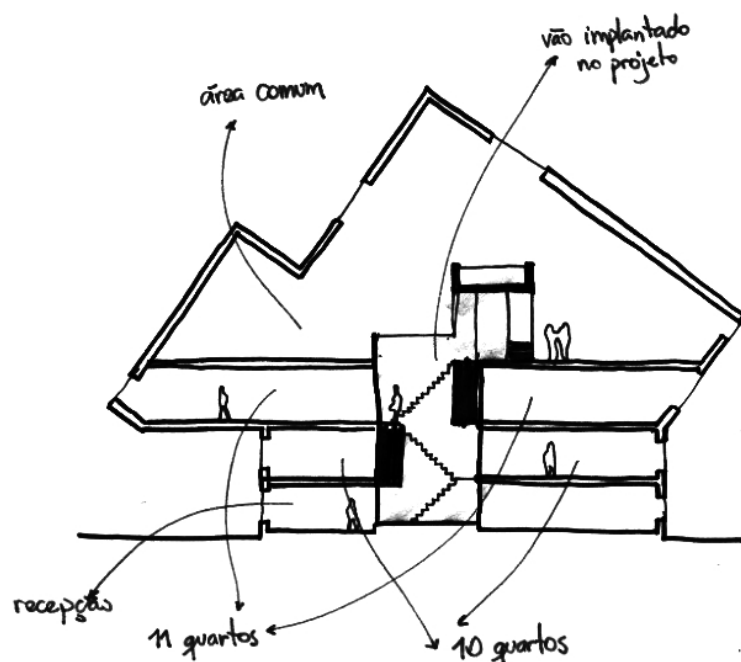


Figura 4 - Corte Esquemático
Produção própria, 2016.



Figura 5 - Estudo de Materialidade
Produção própria, 2016.

o piso térreo para os setores administrativos e os superiores para dormitórios.

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS:

Áreas centrais, reinserção física e social, encontros, setorização.

**RABBIT SNARE GORGE,
INVERNESS, CANADA
Omar Gandhi Architect,
Design Base 8 | 2015**

Localizado em uma área afastada dentro da cidade de Inverness, a Rabbit Snare Gorge é um projeto que estabelece um elo entre o ambiente construído e o natural (Figura 5).

O projeto trata principalmente da preservação da memória dos ancestrais que ocupavam a casa e obtinham renda

através da caça de coelhos. O edifício chama a atenção pela sua materialidade e potencial restaurador através do contato direto com o meio natural, tanto pela sua inserção no meio, como pelos materiais que o compõe.

Além dessas características visíveis, é importante ressaltar a importância da transparência do projeto (Figura 6). Essa característica permite que os habitantes da casa possam manter uma relação estreita com o meio natural o qual estão inseridos de forma constante.

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS:

Materialidade, transparência, psicologia arquitetônica restauradora.

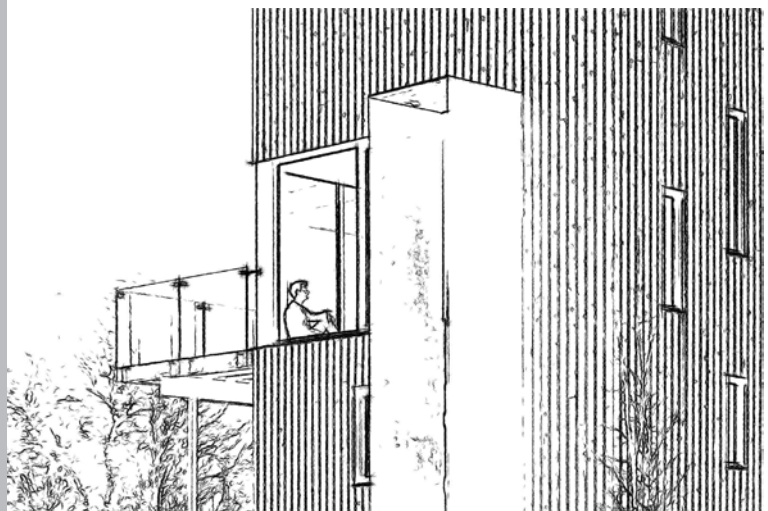


Figura 6 - Estudo de Materialidade
Produção própria, 2016.

**CENTRO DE TRATAMENTO
DE CÂNCER,
MANCHESTER, REINO UNIDO
Foster + Partners | 2016**

O projeto foi concebido para funcionar como uma casa fora de casa, ou seja, um meio que pudesse promover interações sociais e um ambiente propício para que os pacientes pudessem se sentir melhor ao passo que o tratamento para combater a doença progride. É notável o quanto a arquitetura pode interferir para um processo de terapia mais eficaz.

O edifício localiza-se em uma área consolidada da cidade de Manchester, em um bairro majoritariamente residencial, de forma que não haja segregação social em relação aos portadores

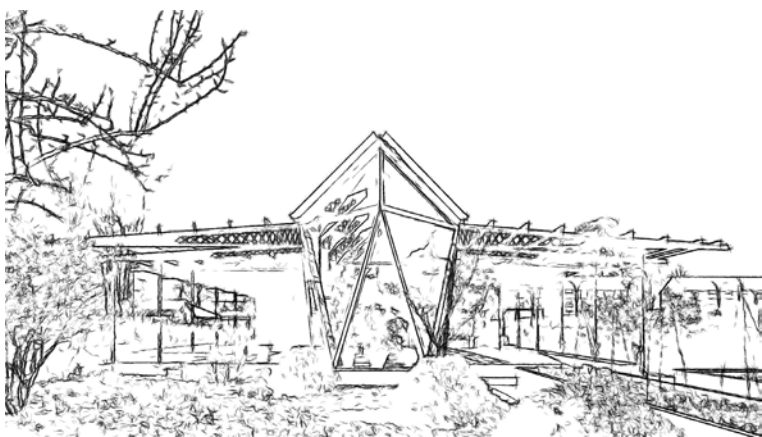


Figura 7 - Estudo Volumétrico
Produção própria, 2016.

da doença, mantendo as relações com a dinâmica do bairro e do convívio social a qual estão habituadas.

As diretrizes projetuais do edifício visam deixá-lo em um só nível, de forma que o prédio mantem-se conectado a todo o momento (Figura 7). Uma cobertura se estende nas laterais criando ambientes externos cobertos. A presença de jardins tanto no interior quanto no exterior do edifício contribuem para uma aproximação entre o ambiente construído e o natural (Figura 8).

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS:

Reabilitação, convívio
social, terapia,
natureza, integração.

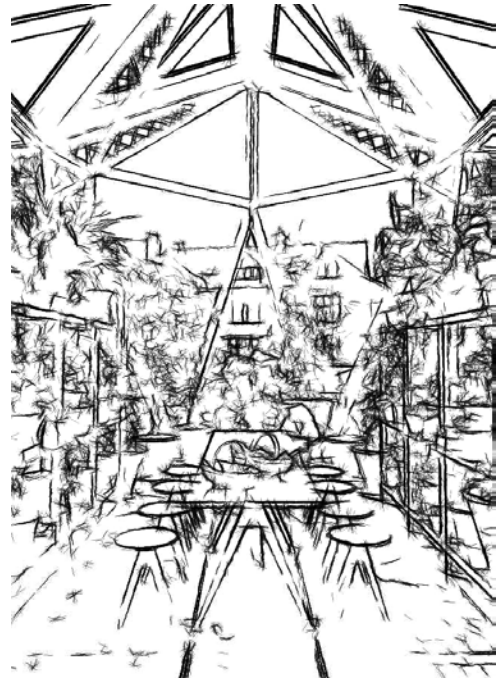


Figura 8 - Estudo Volumétrico
Produção própria, 2016.

**"QUE O TEMPO RUIM VAI PASSAR, É SÓ
UMA FASE, E O SOFRIMENTO ALIMENTA
MAIS A SUA CORAGEM."**

RACIONAIS MC'S

03

AS ANÁLISES



O CONCEITO

A proposta, além de visar a melhoria do processo de reinserção dos ex-presidiários dentro da sociedade, também busca estabelecer um elo de contato direto entre aqueles que saíram das unidades prisionais e a sociedade com o propósito de construir uma alternativa que minimize os efeitos da estigmatização dos egressos e os reaproxime de forma a voltar a interagir com a população paulatinamente.

Optou-se por explorar o setor alimentício pelo fato deste estabelecer diversas formas de interação entre as pessoas, afinal as atividades ligadas ao ramo alimentício contribuem para uma vida mais saudável, trabalham questões como o reaproveitamento de alimentos e economia criativa a partir da comercialização de produtos. Dessa forma, os cursos livres não seriam oferecidos somente aos egressos, mas também àqueles que se interessarem em conhecer mais sobre o mundo culinário, ou mesmo concluir uma etapa de educação básica por meio das aulas de ensino regular direcionadas.

Para afastar o sentimento absorvido durante o período de reclusão, além do apoio psicológico voltado para a saúde mental dos egressos, os ambientes terão um layout que privilegiará a transparência, a promoção de encontros e a passagem de habitantes locais pelo espaço.

É importante ressaltar que o Projeto Entrevistas funcionará como uma ponte com outras instituições de ensino a fim de providenciar novas oportunidades em diferentes áreas, de acordo com a demanda apresentada pelos ex-presidiários.

ESTUDO DO TERRENO

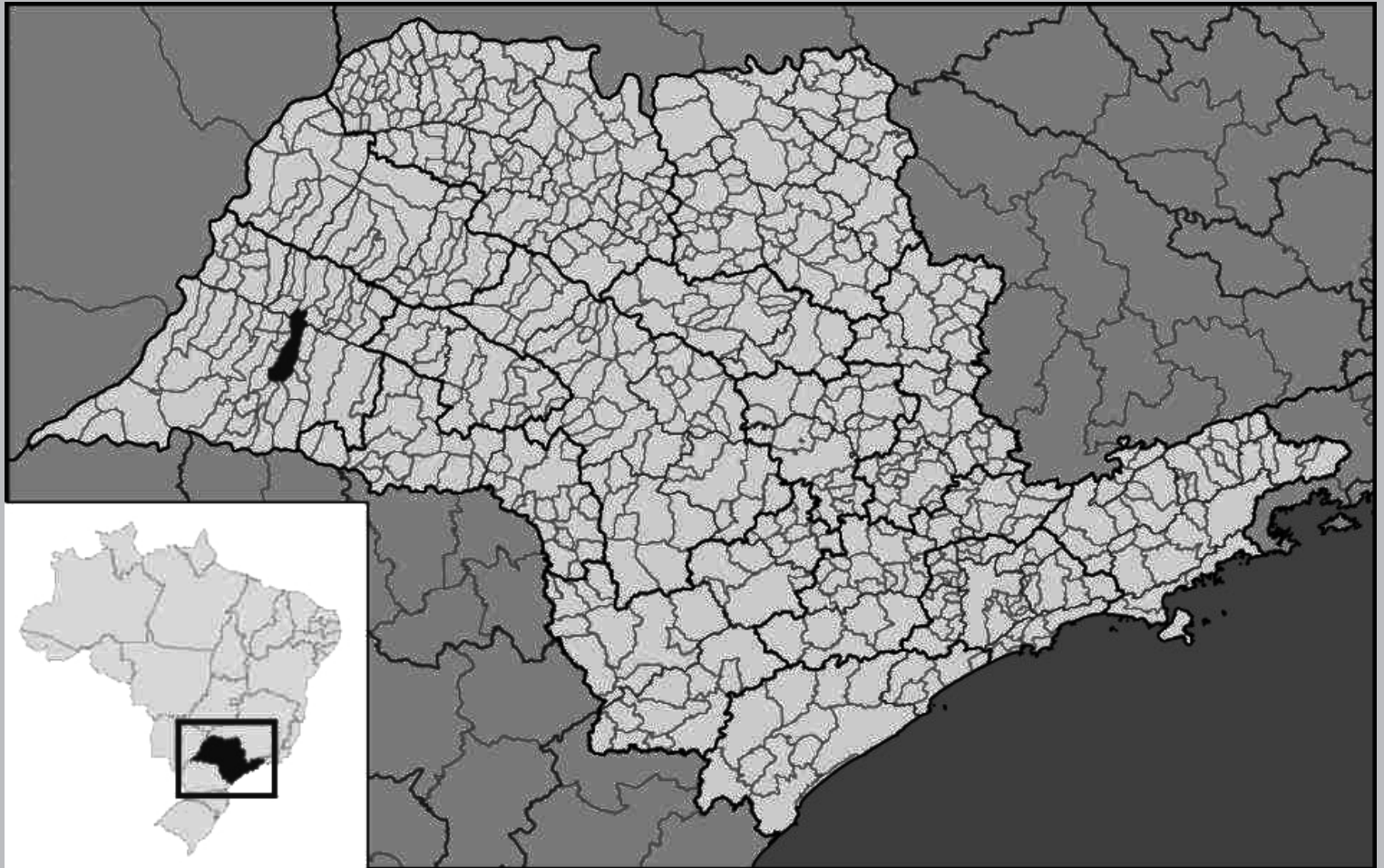


Figura 9 - Localização de Presidente Prudente
Produção própria, 2016.

Presidente Prudente está localizada a oeste (Figura 9) do Estado de São Paulo, a aproximadamente 580 km da capital estadual, São Paulo. Suas coordenadas são: latitude 22°07' S e longitude 51°23' O; e está a uma altitude de 416m do nível do mar (IBGE, 2010). Sua unidade territorial possui área de 560,637 km² e sua população, segundo estimativas do IBGE, para o ano de 2016 atingirá quase

224.000 habitantes; a densidade populacional do município é de 368,89 hab/km² (2010).

De acordo com Amorim (1993), a região de Presidente Prudente, segundo a classificação de STRAHLER, está inserida em uma região que apresenta clima tropical úmido seco, com os meses de verão com altas temperaturas, em torno de 25,3°C e úmido, enquanto que no inverno, temperaturas médias de 19,1°C e seco. A média para todo o ano é de 22,7°C e para os índices pluviométricos, médias próximas a 99mm por ano. O verão úmido apresenta massas de ar tropical e equatorial marítima quente e úmida, enquanto o inverno seco é caracterizado por massas de ar tropical continental e polar.

A direção predominante do vento, de acordo com Soares (2001), é Leste, para todas as estações do ano, com esporádicos momentos de direção Nordeste e Sudeste.

Em um parecer mais geral, a cidade de Presidente Prudente pode ser considerada a 'capital do oeste paulista', sendo uma das cidades mais importantes da região do Pontal do Paranapanema, pois tem grandes atrativos e com isso se consolida como polo comercial, industrial, educacional, de saúde e de serviços.

O fator que fomentou o interesse pela presente proposta se dá pelo fato da região do oeste paulista ter uma grande concentração de unidades prisionais (38 unidades prisionais e 27 penitenciárias) (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2016). Além dos impactos socioeconômicos, é importante ressaltar a importância de buscar alternativas para neutralizar os problemas sociais que ele envolve.

A figura 10 demonstra a importância da implantação do projeto dada a grande demanda das unidades prisionais masculinas presentes no Estado e, em especial, na região do Pontal do Paranapanema.

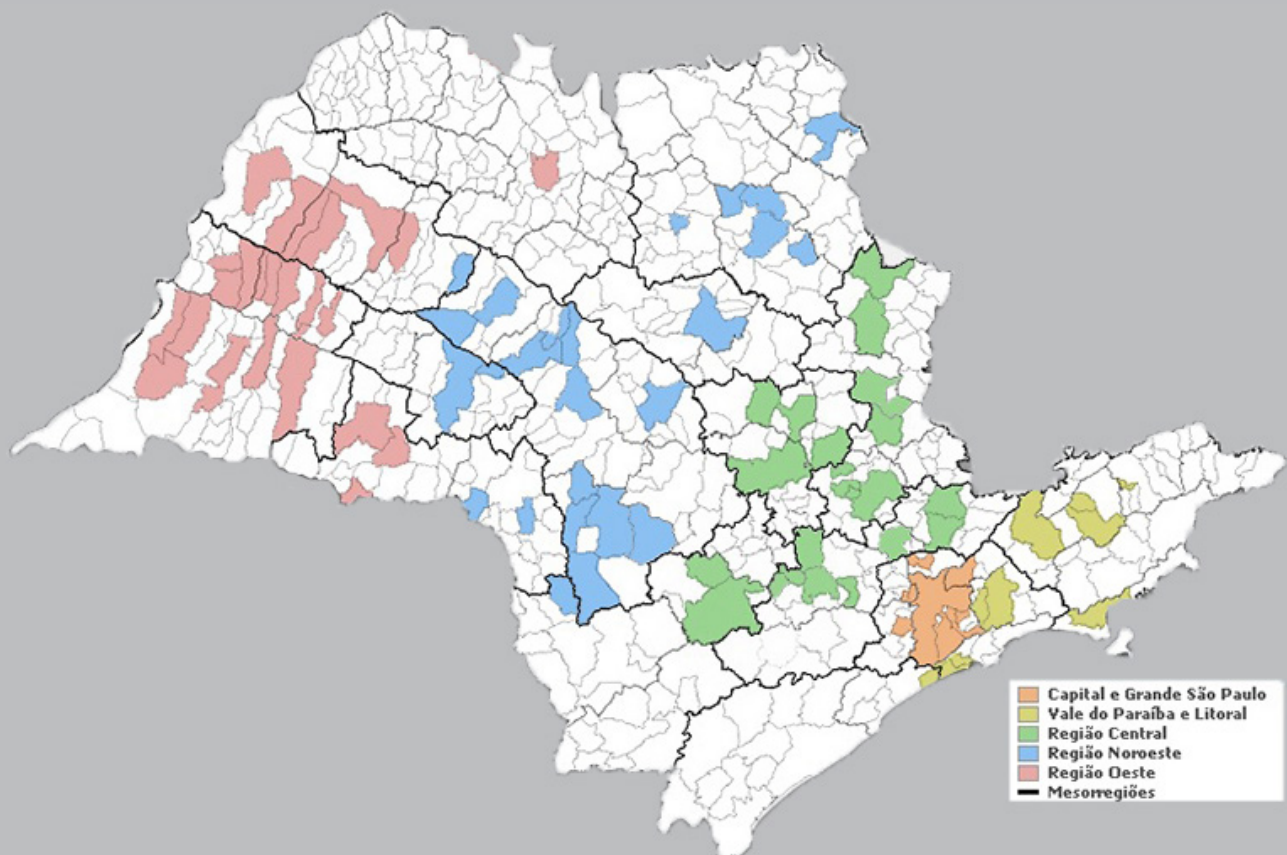


Figura 10 - Localização das unidades prisionais do Estado de São Paulo
Secretaria de Administração Penitenciária.
Acesso: outubro de 2016. Editado pelo autor.

A ÁREA DE ESTUDO

Tendo como diretriz os estudos e relatos citados anteriormente, acredita-se que para um bom desenvolvimento da reinserção do preso na sociedade, é necessário um contato direto e diário com a cidade e a sociedade, quebrando os estigmas culturais que estes enfrentam. Com a finalidade de atender essa demanda buscou-se um terreno central que possuísse uma grande conectividade com a cidade.

O local de estudo em questão contempla um lote na esquina entre a Rua Professor Hugo Mielli e a Rua Casemiro Dias, na Vila Claudia Glória. Situa-se uma rua abaixo de uma das principais vias de trânsito rápido da cidade: a Avenida Manoel Goulart, a qual tem um papel significativo dentro do sistema viário. Esta via é um dos principais eixos de fluxo de pessoas e mercadorias pelo fato de ser uma das alternativas que ligam a entrada da cidade, na Rodovia Raposo Tavares e seu Centro (Figura 11).

A localização da área tem caráter estratégico dentro da malha urbana dada a facilidade de acesso por meio de uma via rápida, à qual confluem diversas linhas de transporte público que se alastram pelo desenho urbano de Presidente Prudente.

Além desse atributo, referente ao posicionamento geográfico, é importante ressaltar que a localização da implantação do projeto passou por uma avaliação minuciosa em relação à proximidade com os diferentes serviços oferecidos na Avenida Manoel Goulart, bem como a instalação do edifício em uma área urbana

consolidada, visando a reinserção uma parcela da população dentro da sociedade reaproximando-a também fisicamente ao convívio social.

O local escolhido está dentro da Zona Residencial 3 (ZR3) - zona residencial de alta densidade populacional de interesse social, e ocupação horizontal e vertical, segundo o Plano Diretor do Município (2008). Com coeficiente de aproveitamento 4 com maximização máxima de 6, taxa de ocupação máxima de 70% do lote, e altura máxima de gabarito de 8 pavimentos.



Figura 11 - Localização do lote em relação à pontos estratégicos da cidade. Google Maps, 2016. Editado pelo autor.

A ÁREA DE ESTUDO

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Nota-se a grande quantidade de diferentes tipos de comércio e serviços ao longo da Avenida Manoel Goulart (Figura 12), enquanto as quadras vizinhas concentram maior densidade populacional de uso majoritariamente residencial. Além dessa característica, o trecho estudado apresenta um bom número de estabelecimentos voltados para serviços alimentícios, o que contribui para que a proposta de trabalhar com a demanda nutricional da sociedade possa ser melhor absorvida através de estágios e convênios nesses estabelecimentos.



Figura 12 - Mapa de uso e ocupação da área adjacente ao lote escolhido (em verde) e da Avenida Manoel Goulart. Google Maps, 2016. Editado pelo autor.

MAPA DE VIAS

A inserção do lote em relação às vias o acesso às áreas centrais de forma facilitada ao passo que o local é muito próximo de uma das principais avenidas da cidade (em destaque) (Figura 13). Além disso, há certa proximidade com o Parque do Povo, um dos principais locais de lazer da população prudentina, reforçando a ideia de reinserção física e social dos egressos.



Figura 13 - Mapa de vias da área adjacente ao lote escolhido (em verde).

Google Maps, 2016. Editado pelo autor.

MAPA DE ARBORIZAÇÃO

Projetar espaços urbanos que restaurem as ligações entre o ser humano e seu meio natural pode contribuir para aprofundar o envolvimento sensorial com o ambiente não construído, bem como causar alterações no potencial psicológico restaurador do meio ambiente dentro do contexto em que o prédio está inserido (TRENTINI, 2016). A região a qual o projeto será implantado apresenta uma grande densidade vegetativa (Figura 14) que norteará as propostas de intervenção dentro do espaço, possibilitando um processo



Figura 14 - Mapa de arborização da área adjacente ao lote escolhido (em vermelho).

Google Maps, 2016. Editado pelo autor.

reinsertivo mais eficaz, conforme o que Trentini (2016) apresenta.

Dessa maneira, é importante ater-se para a disposição das massas vegetais dentro dos bairros adjuntos, e trabalhar a distribuição das espécies de forma a não descaracterizar o bairro, e também não deixar de explorar o potencial restaurador da natureza dentro do convívio social.

PROGRAMA PROJETUAL

O programa de necessidades desse projeto tem por objetivo principal reinserir uma parte da sociedade que, como relatado anteriormente, permaneceu esquecida em meio a incertezas durante o período da reclusão. A fim de cumprir essa tarefa, optou-se pela criação de ambientes que, de fato, abraçassem tanto os funcionários, quanto os usuários do lugar.

A princípio foram elencadas algumas possibilidades de atividades que poderiam ser desenvolvidas ali e, posteriormente, através de visitas aos órgãos Estaduais que tratam a questão de reinserção social de egressos, optou-se por determinadas atividades visando a maior chance de sucesso da proposta em um cenário real de aplicação.

Além disso, foram analisados os programas de diversos projetos nacionais e internacionais que tem como pauta principal a reabilitação e reinserção de uma parcela da sociedade, independentemente de serem egressos ou não.



Psicologia



Odontologia



Advocacia



Administração

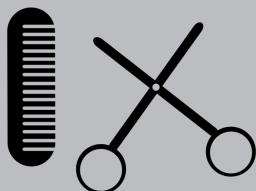


Administração | Assistência

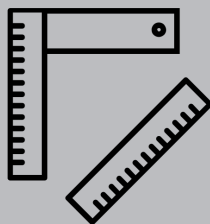
PROJETO ENTREVIDAS



Educação



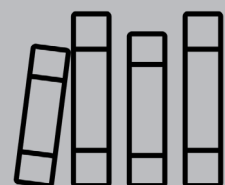
Barbearia



Marcenaria



Cozinha



Biblioteca |
Área de Estudos

**“QUE A SUA FAMÍLIA PRECISA DE VOCÊ
LADO A LADO SE GANHAR PRA TE APOIAR
SE PERDER.”**

RACIONAIS MC’S

04

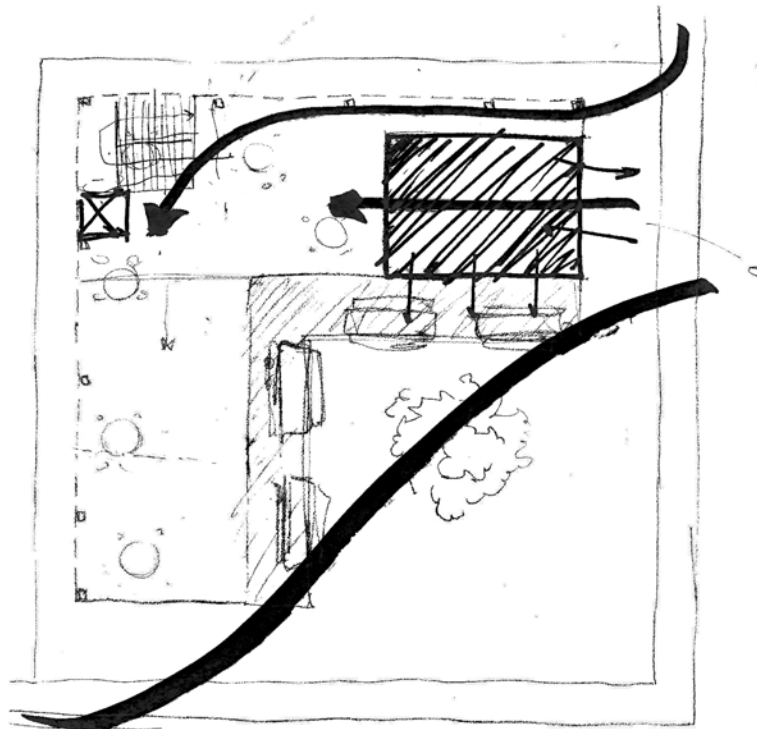
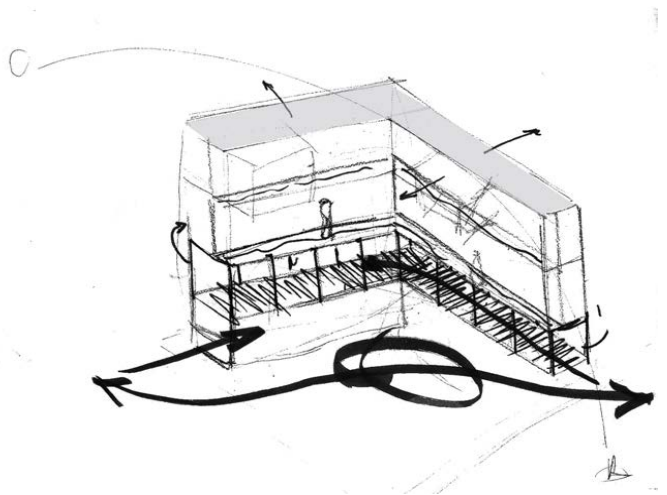
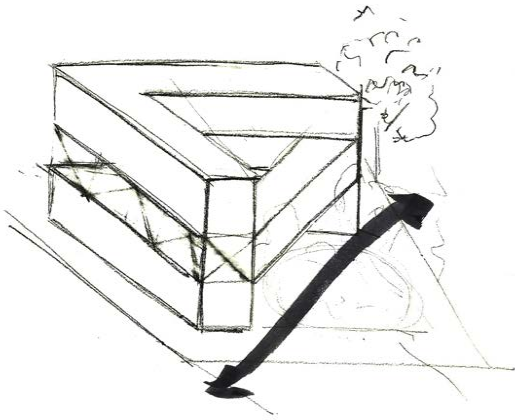
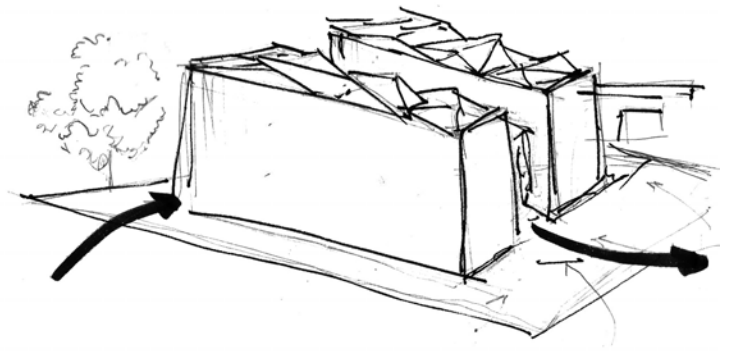
O PROJETO



O CONCEITO

O projeto como um todo buscou sempre estabelecer uma relação direta entre o paisagismo externo e o edifício. A dinâmica dos espaços internos foi pensada para concretizar os principais conceitos que permeavam desde a escolha do terreno até a disposição das aberturas em relação ao posicionamento das árvores, ou o posicionamento da padaria em relação à área externa adjacente.

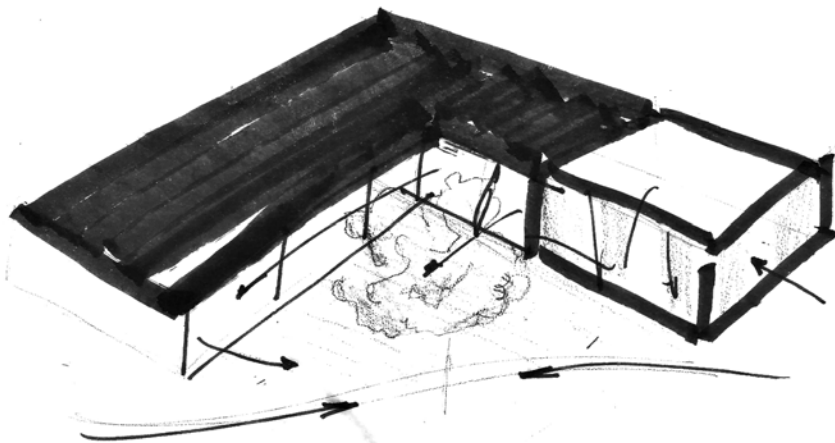
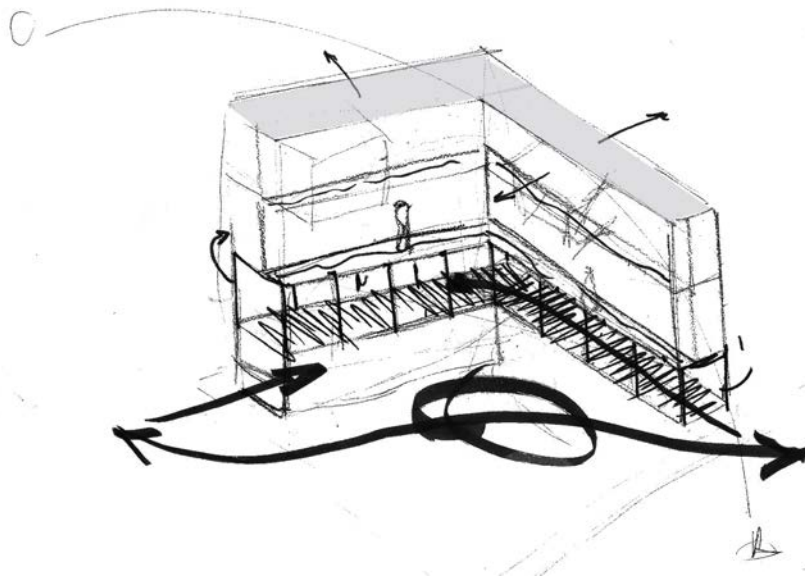
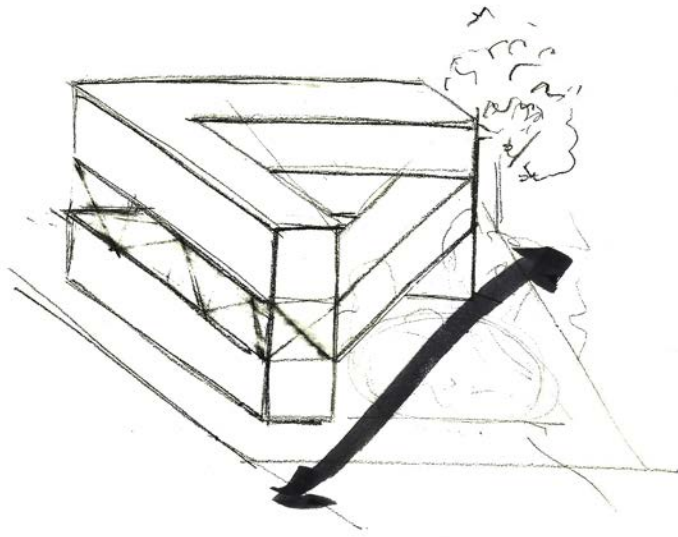
Desde o princípio a criação de um eixo diagonal foi proposta para estabelecer um fluxo contínuo de pessoas, sendo utilizado tanto como área de passagem como de permanência tanto para aqueles que estão desfrutando da vista, quanto para os que realizaram algum pedido na padaria e se acomodarão em uma das mesas que complementa o seu espaço.



A PROPOSTA

Os estudos primários para o projeto diziam respeito a uma cozinha experimental, onde os usuários poderiam aprender o ofício de cozinheiro, e um supletivo presencial, a fim de complementar a educação básica dos egressos. Além disso, os egressos receberiam tratamento psicológico e odontológico, bem como assistência jurídica.

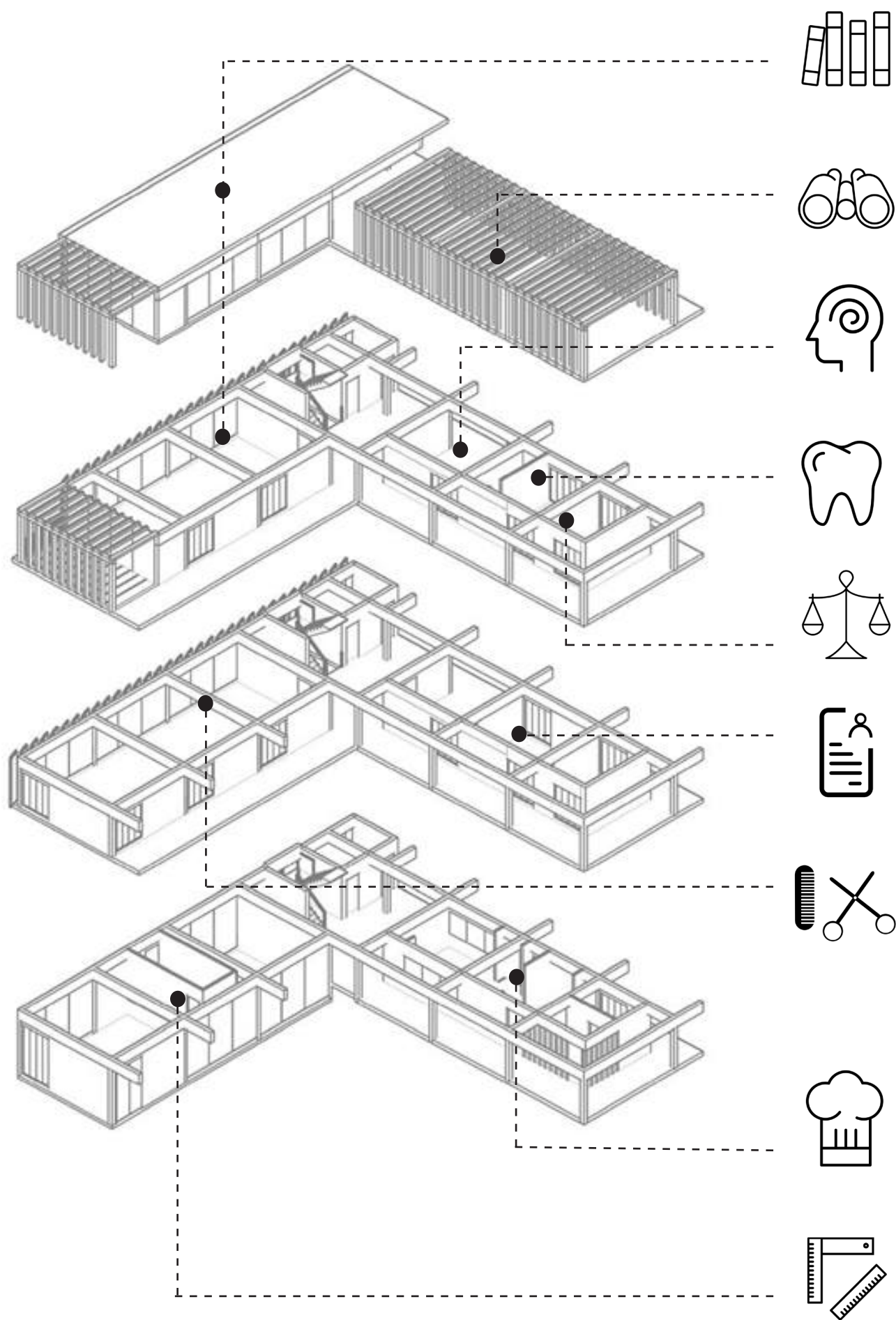
Em um segundo momento, uma série de decisões relacionadas à disposição das massas e suas relações com a vizinhança passaram a ser trabalhadas. A mudança em relação às funções que seriam desempenhadas no espaço e a influência que estas teriam sobre o edifício. Foram feitos alguns ensaios com diferentes formas e disposições espaciais, observando sempre qual

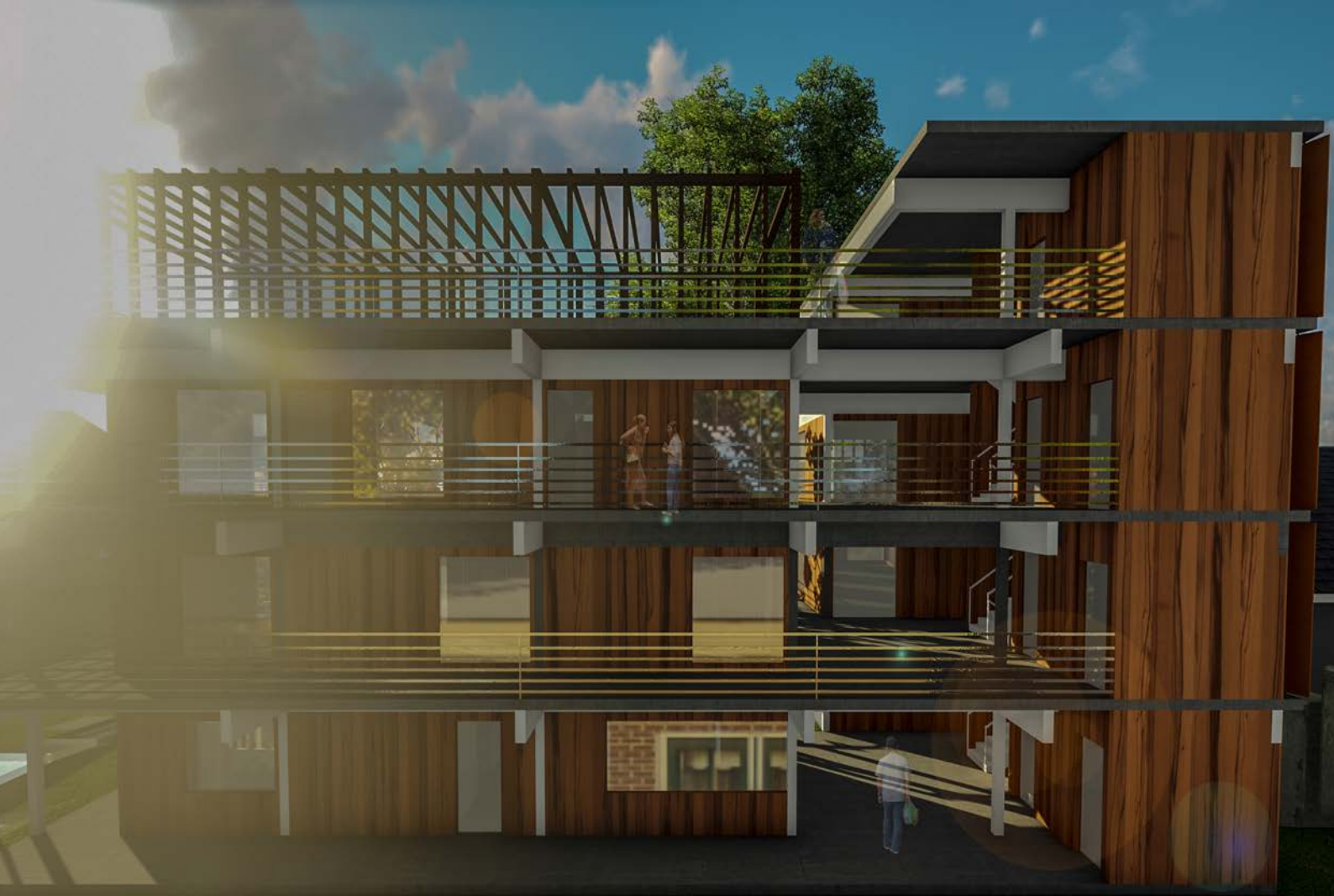


seria o impacto visual no ambiente externo, e funcional em relação ao ambiente interno do edifício.

Após esses estudos, o próximo passo foi aperfeiçoar as relações entre os ambientes e suas aberturas, respeitando uma modulação estrutural para desenvolver um ritmo arquitetônico que caracterizasse o edifício de forma a explorar o potencial paisagístico da praça a frente do edifício. Em um segundo momento, iniciou-se o processo de integração entre os estudos projetuais e as características do terreno, como resultado a modulação em formato de “L” surgiu por meio de uma série de análises relacionadas aos ventos predominantes e a incidência solar no terreno, em conjunto com a preservação da ideia inicial do eixo diagonal que atravessaria o lote.

SETORIZAÇÃO SEM ESCALA



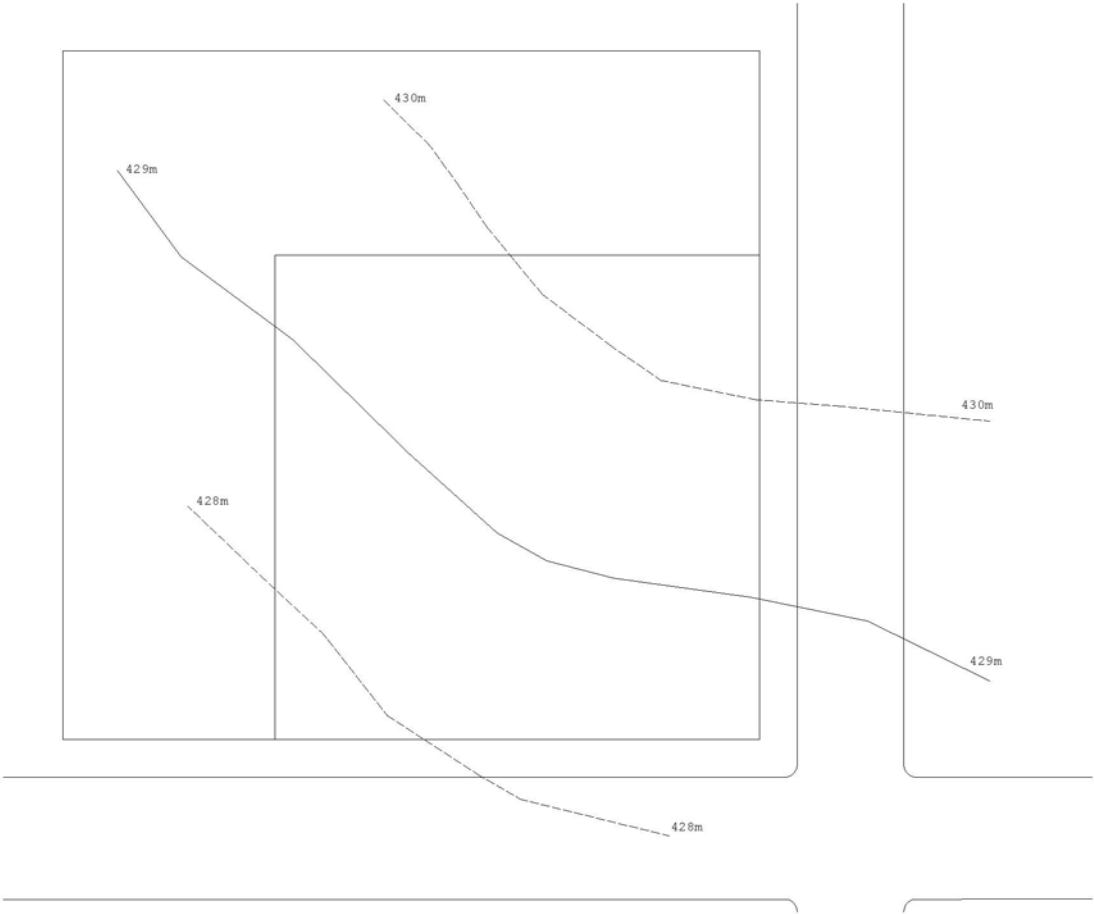




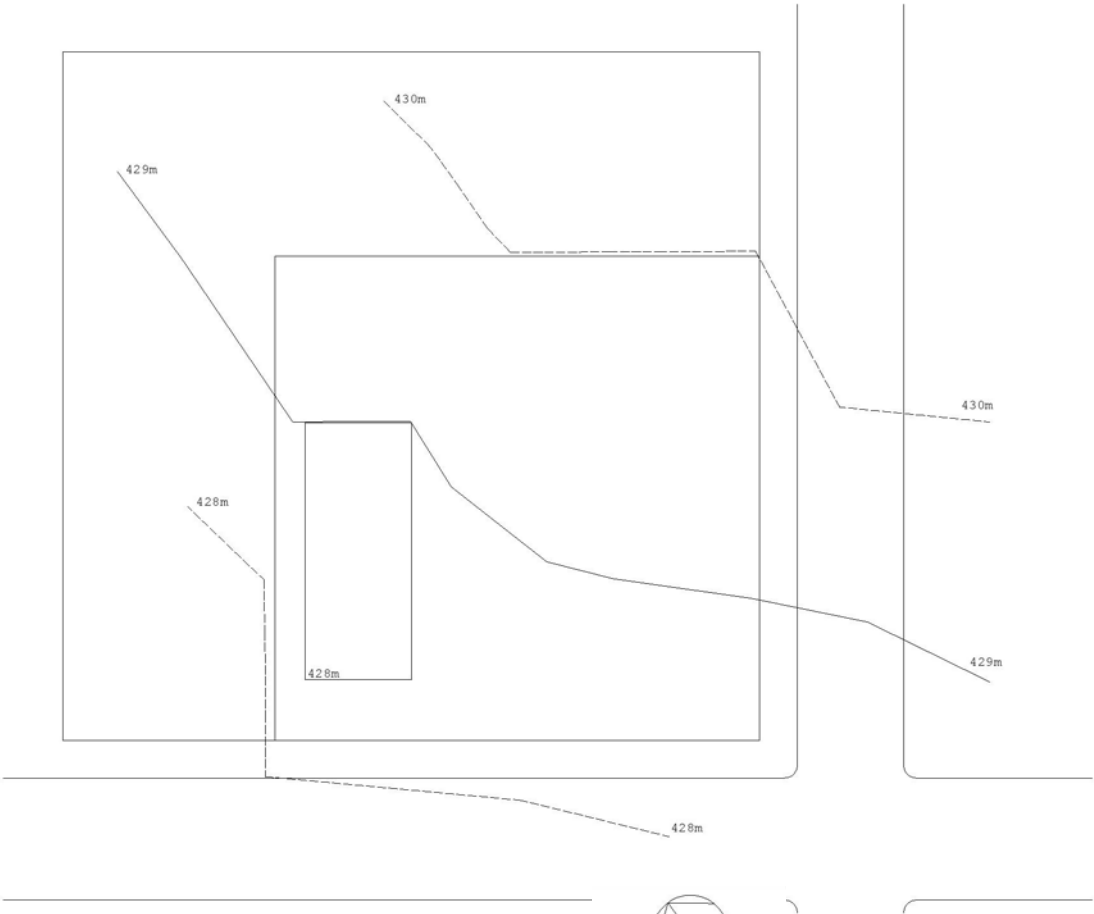




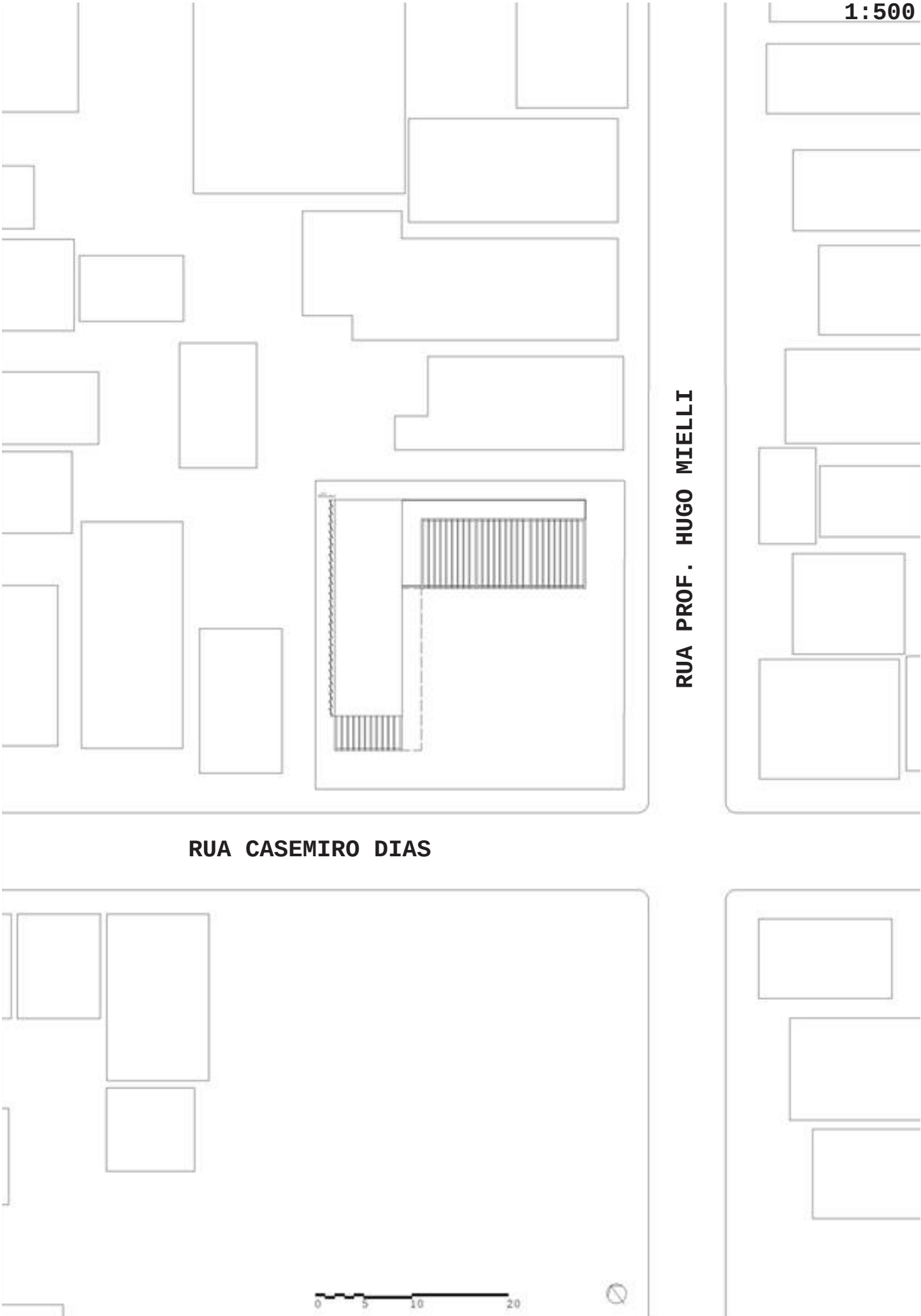
TOPOGRAFIA DO TERRENO ATUAL
1:500



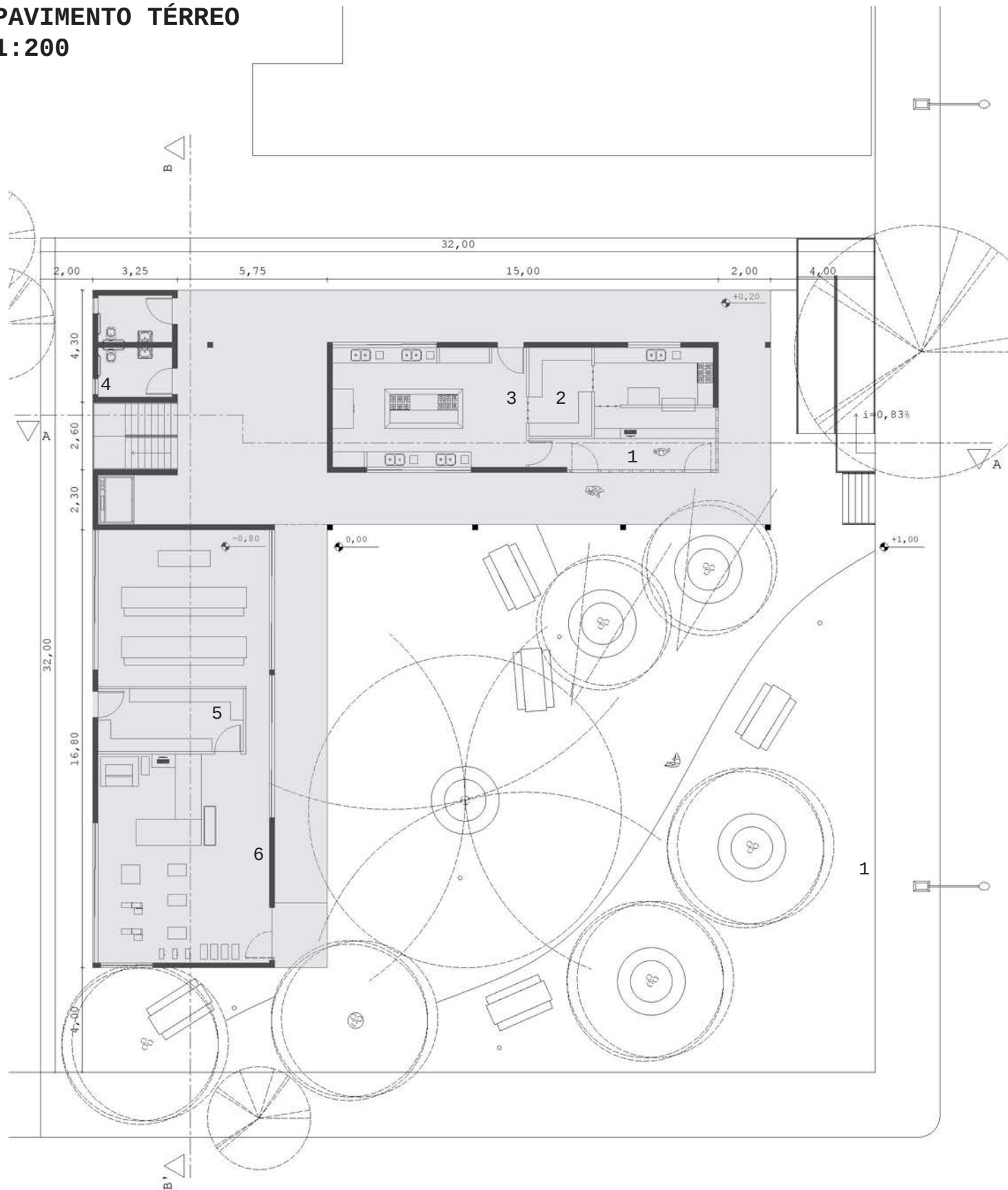
TOPOGRAFIA DO TERRENO PROPOSTA
1:500



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
1:500

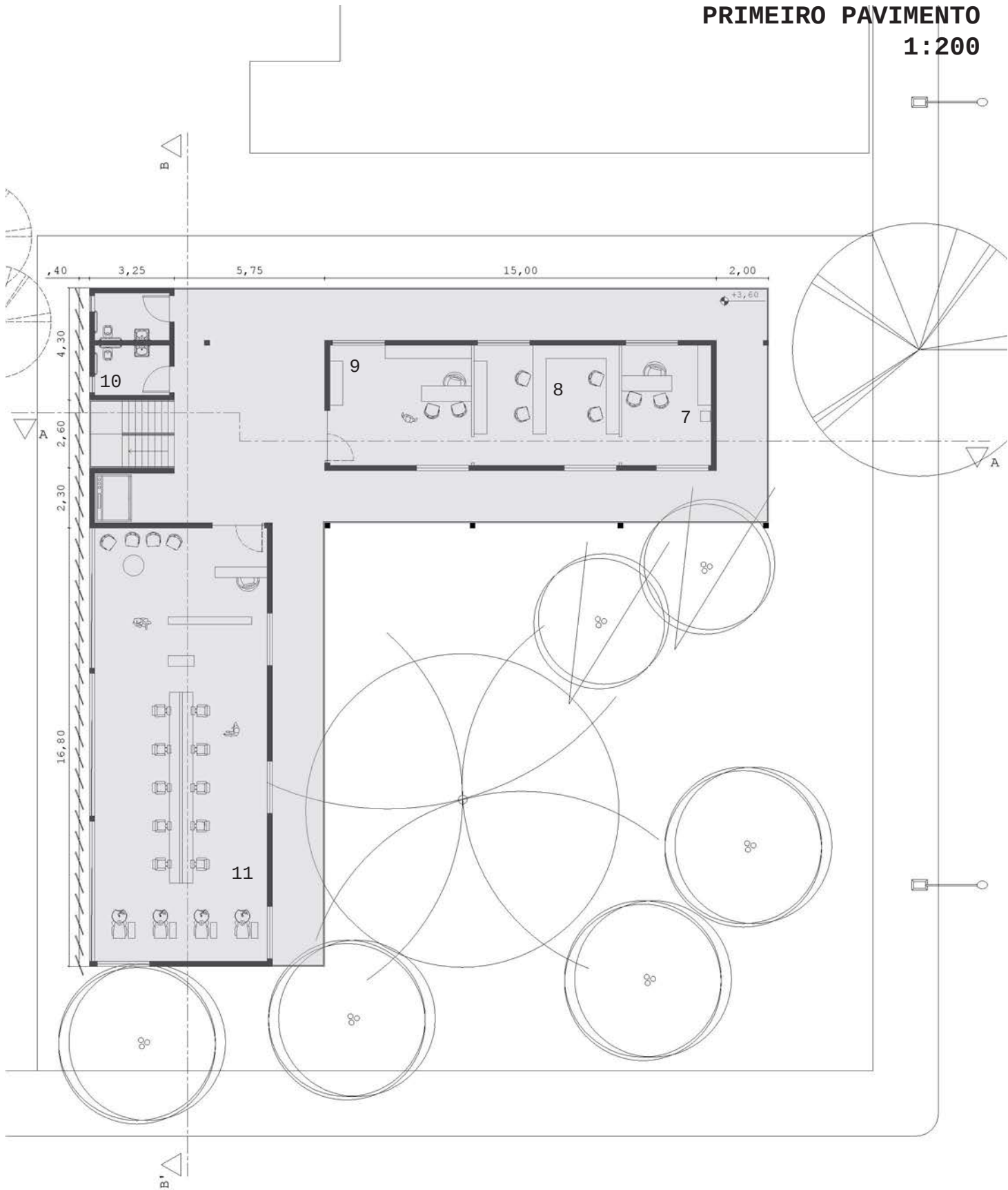


PAVIMENTO TÉRREO
1:200



1. Padaria; 2. Despensa; 3. Cozinha Experimental; 4. Banheiros;
5. Depósito de materiais; 6. Marcenaria

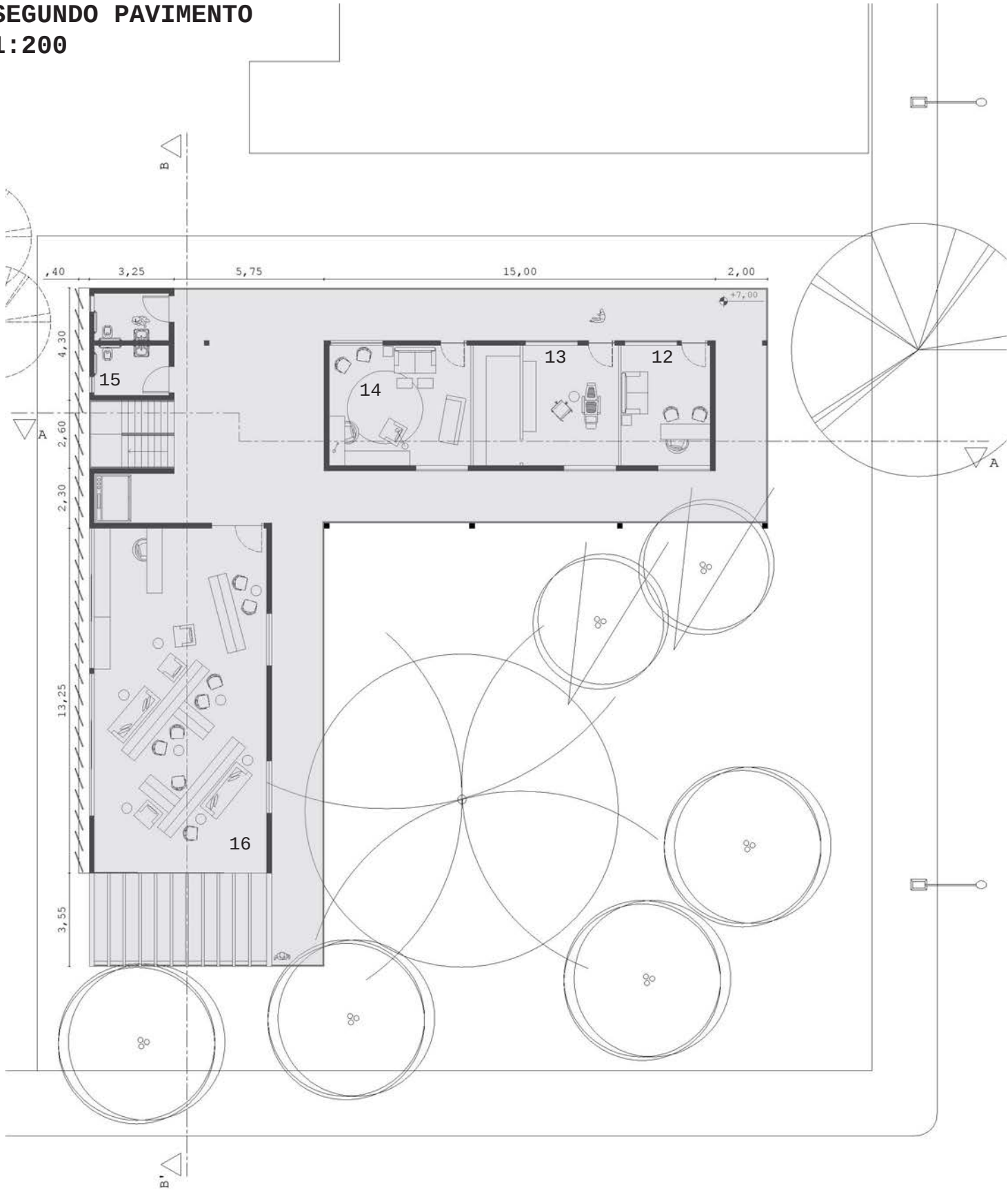
PRIMEIRO PAVIMENTO
1:200



7. Direção; 8. Administração; 9. Recepção; 10. Banheiros;
11. Barbearia/Salão

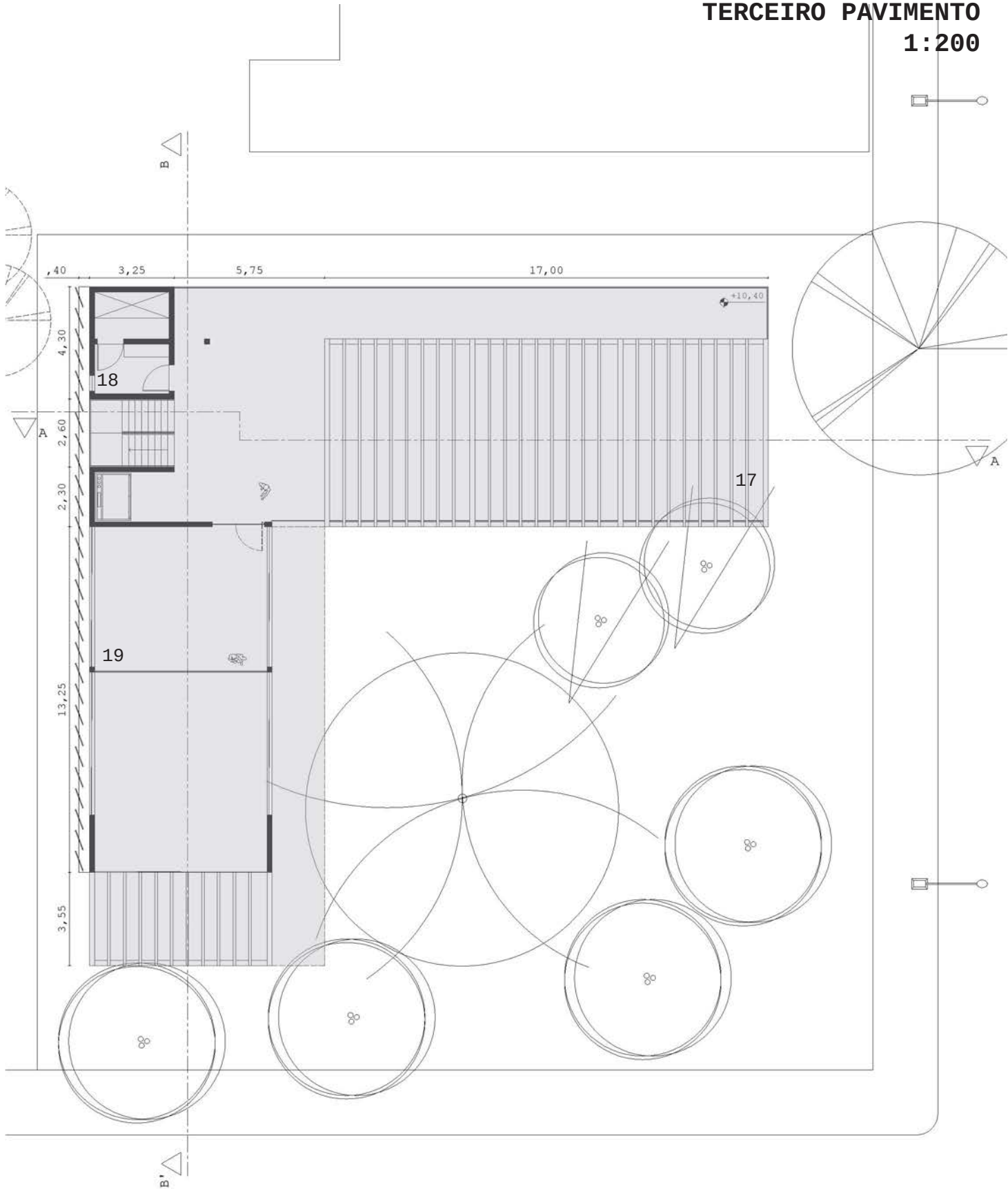


SEGUNDO PAVIMENTO
1:200



12. Escritório de Advocacia; 13. Consultório Odontológico; 14. Consultório de Psicologia; 15. Banheiros; 16. Biblioteca/Área de Estudos

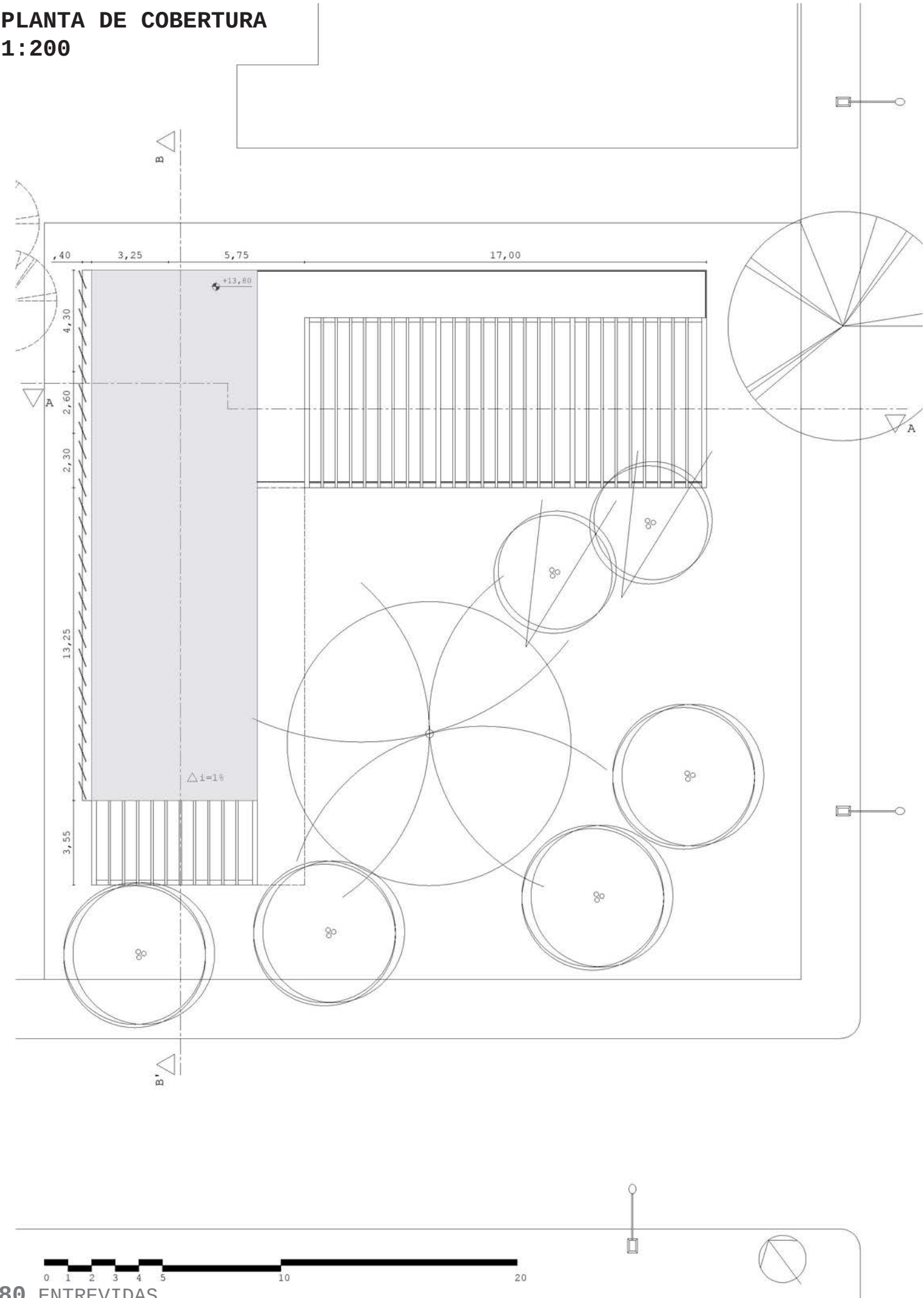
TERCEIRO PAVIMENTO
1:200



17. Mirante; 18. DML/Caixa D'Água; 19. Mezanino



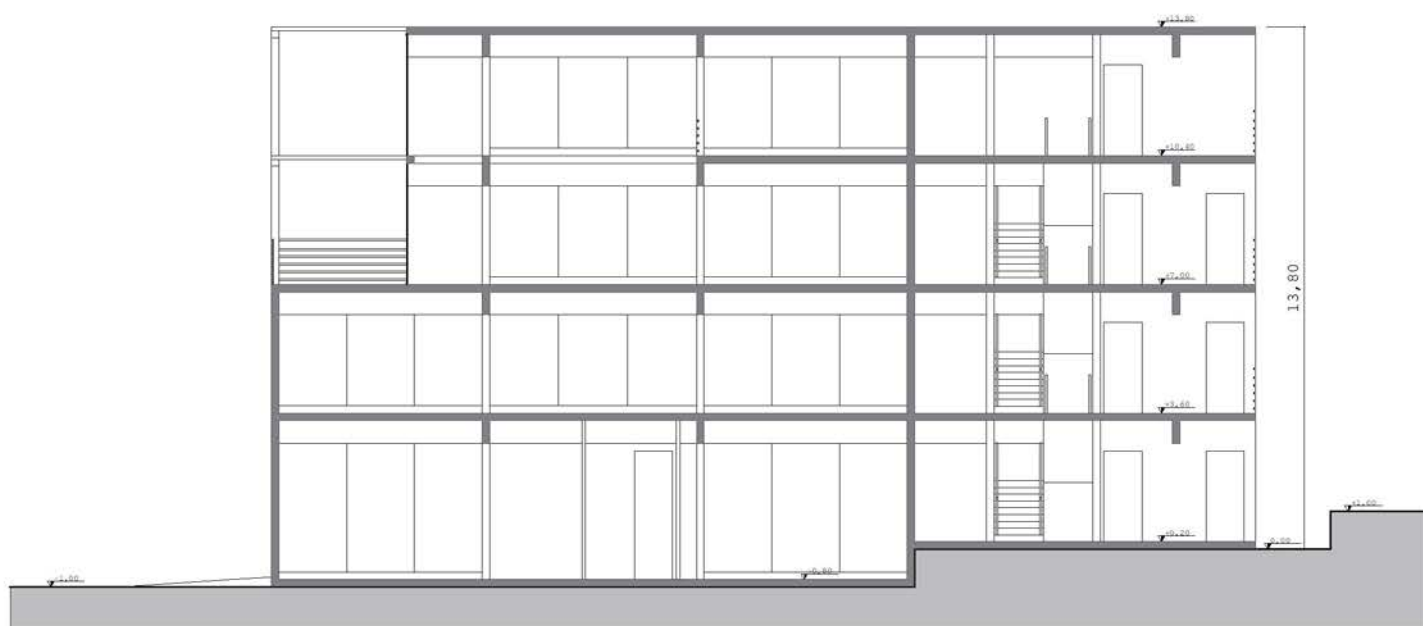
PLANTA DE COBERTURA
1:200



CORTE A-A'
1:200



CORTE B-B'
1:200



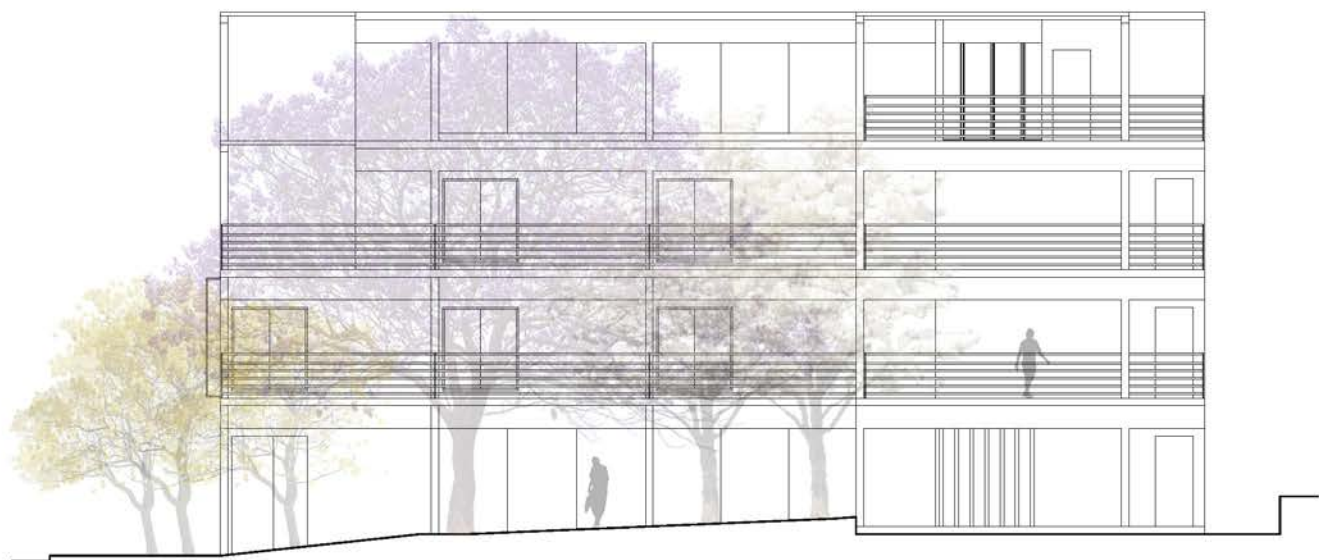
O RITMO

ARQUITETÔNICO

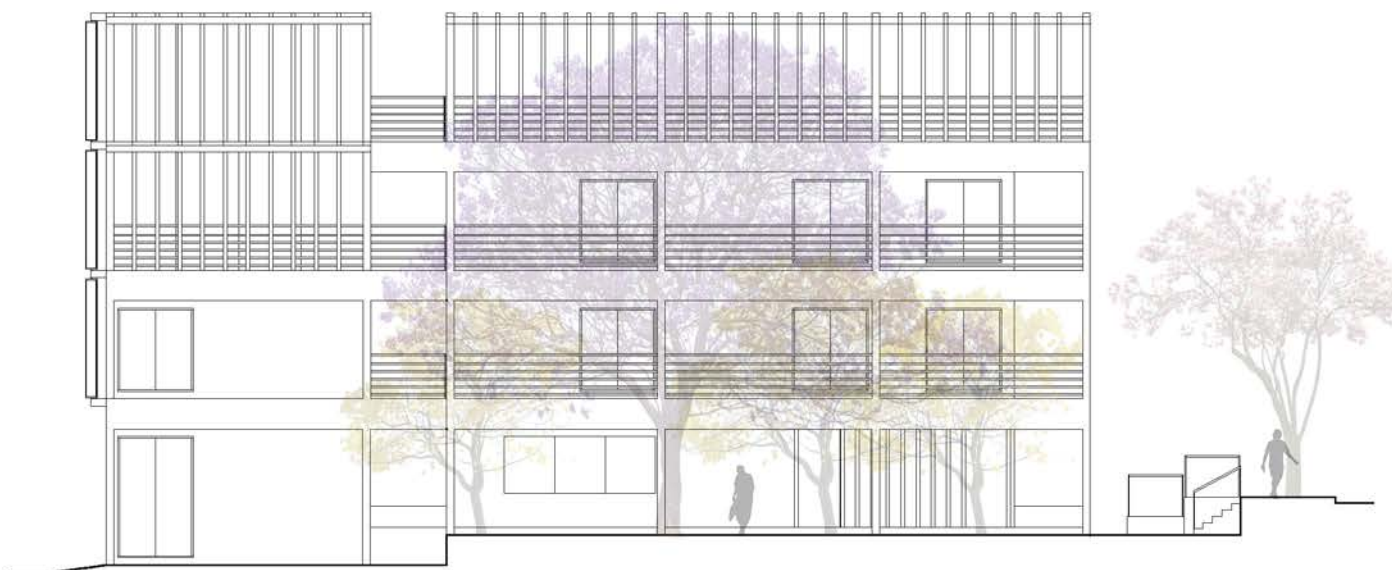
Em relação ao ritmo arquitetônico apresentado, é relevante destacar que essa proposta surgiu a partir de estudos sobre vazios, modulações e estética arquitetônica. Essa distribuição espacial, além de funcionar como um beiral estendido, também proporcionam uma vista privilegiada da porção sudoeste da cidade, onde encontram-se a UNESP e o Parque do Povo.



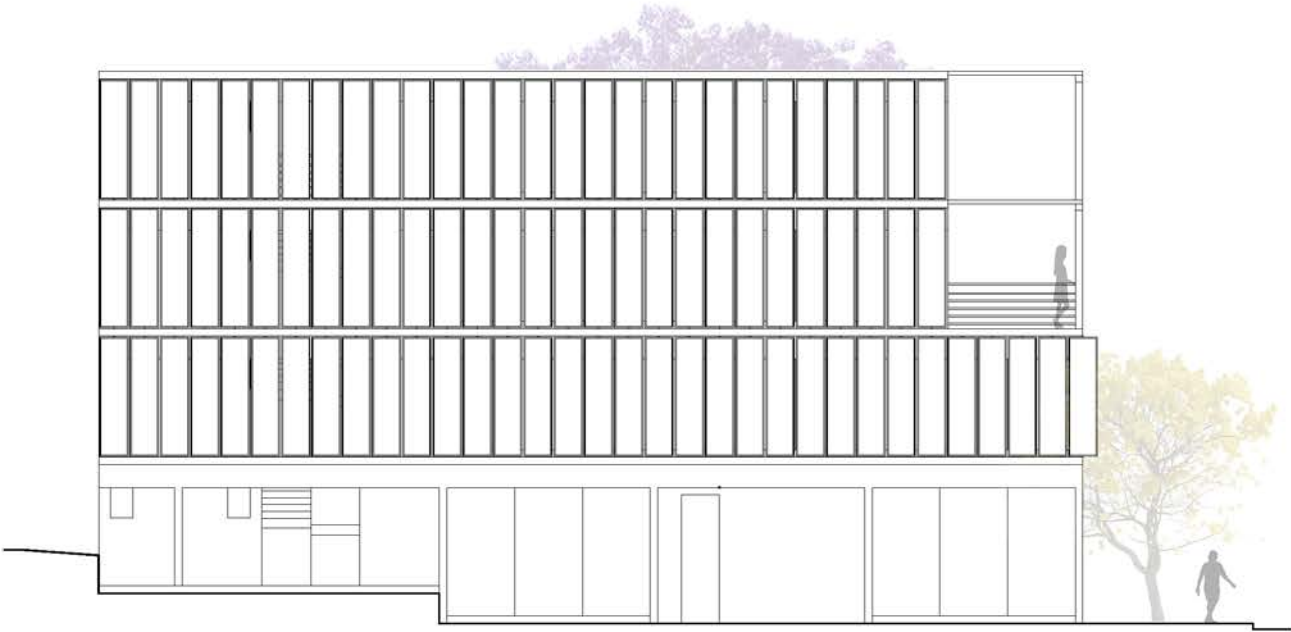
FACHADA NORDESTE
1:200



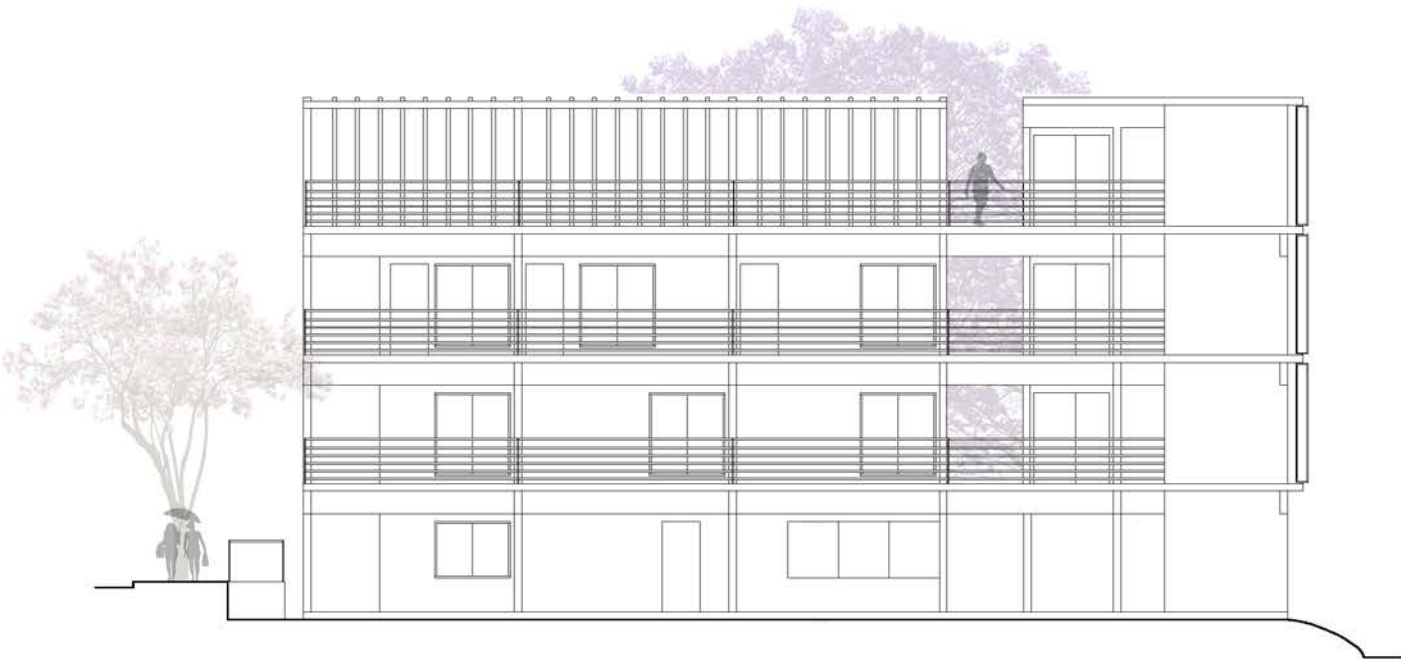
FACHADA SUDESTE
1:200



FACHADA SUDOESTE
1:200



FACHADA NOROESTE
1:200

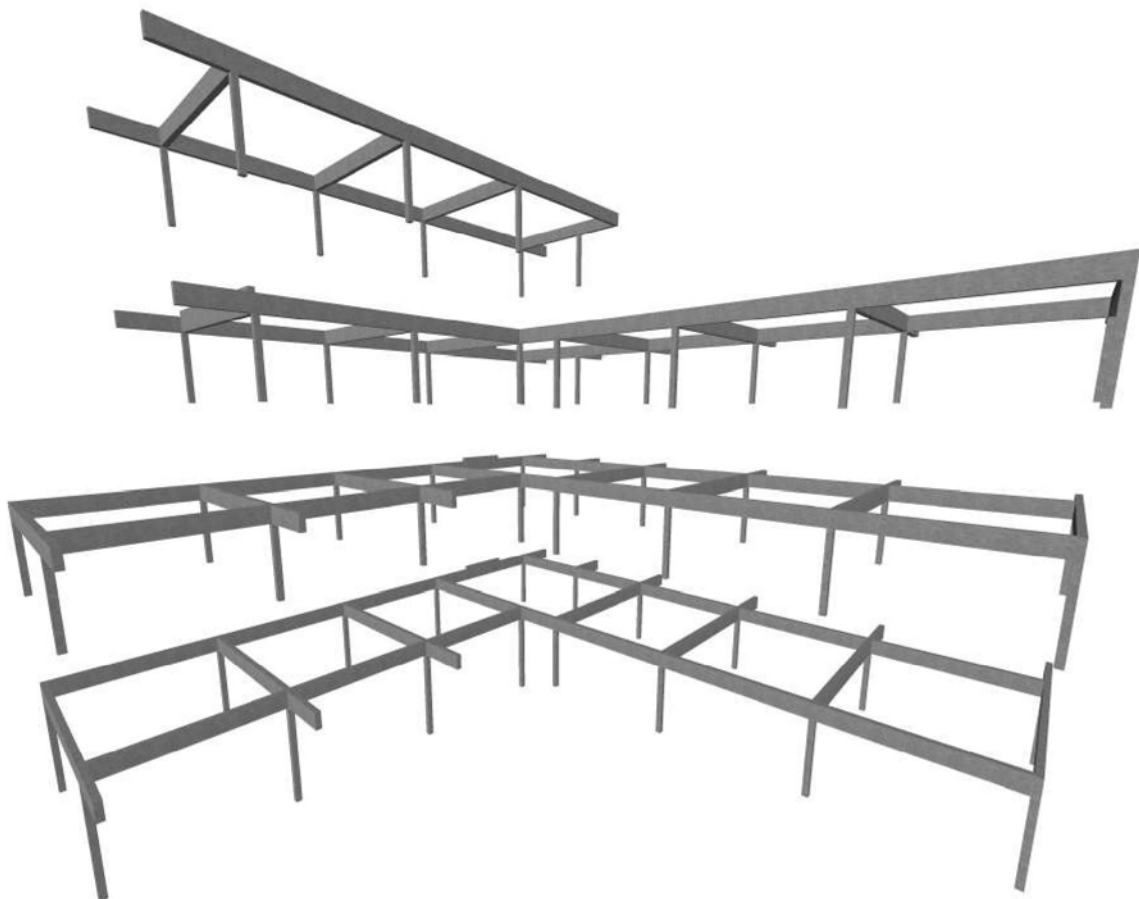
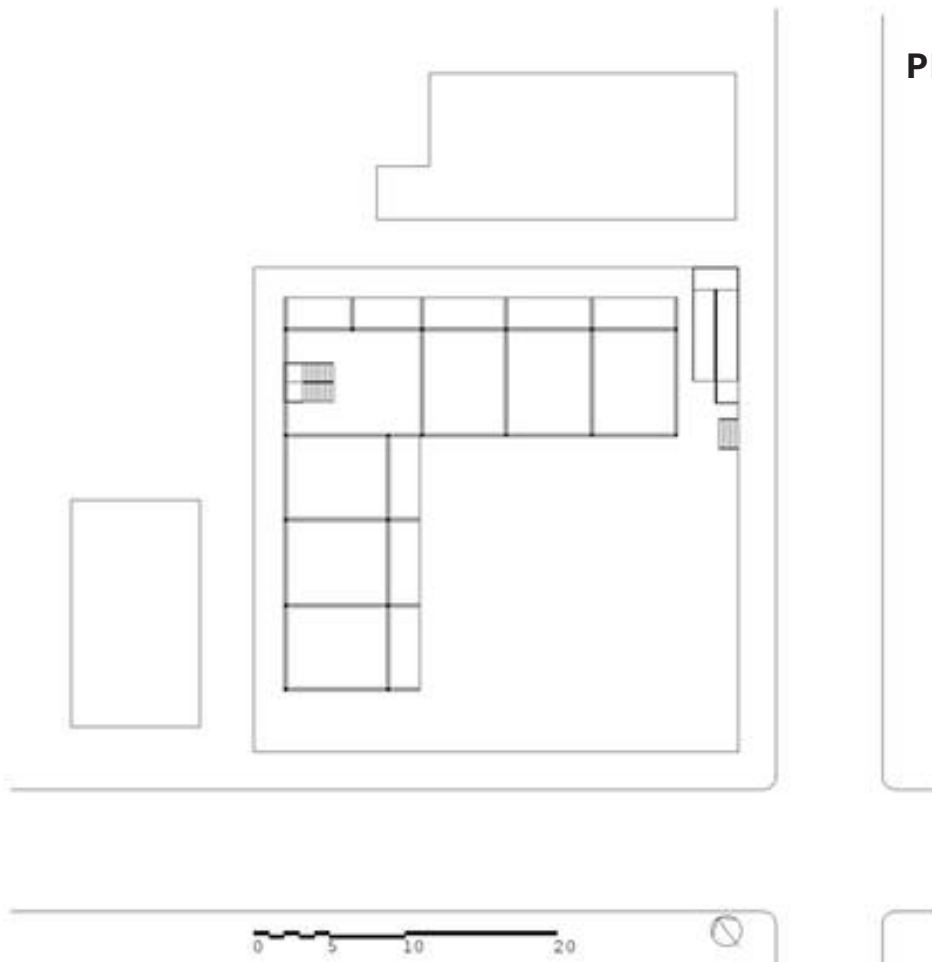


MODULAÇÃO ESTRUTURAL

A modulação estrutural se dá a partir de uma malha de vigas e pilares de concreto armado que trabalham em conjunto para suportar os esforços provenientes dos pavimentos superiores. As vigas tem o comprimento levemente variável, 20 cm de largura e 60 cm de altura, enquanto os pilares são quadrados, todos com 20 cm de lado.

PLANTA ESTRUCTURAL

1:500

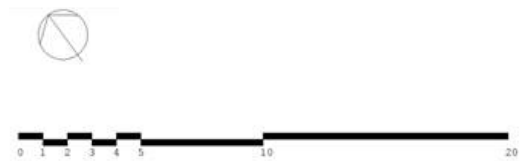


VISTA TRIDIMENSIONAL
SEM ESCALA

O PAISAGISMO

As espécies vegetais escolhidas para sombrearem o lote foram selecionadas a partir de uma série de critérios que proporcionassem aos usuários uma experiência agradável para todas as pessoas que, de alguma forma, estabelecessem algum tipo de relação com o equipamento. Para tanto, as características das árvores escolhidas foram traçadas de acordo com as sensações desejadas para cada local. Com a finalidade de criar um ponto de referência para os moradores do bairro, optou-se por uma espécie de grande impacto visual, o Jacarandá-paulista (*Machaerium villosum*) que possui uma copa de aproximadamente 12 metros de diâmetro e um potencial de até 20 metros de altura, posicionado ao centro da praça, sacramentando uma

PLANTA DE PAISAGISMO SEM ESCALA



Nome Popular
Jacarandá-paulista

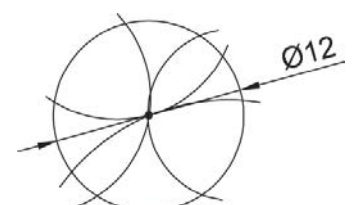
Nome Científico
Machaerium villosum

Porte: grande porte (20 m).

Copa: arredondada e com
transparência (12 m).

Floração: perene (Out-Dez).

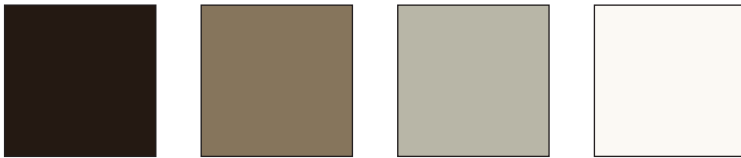
Simbologia



característica visual
previamente pensada para o
lugar.

Além dela, foram
propostas espécies
tipicamente presentes no
cenário prudentino, os
ipês. Em branco (Tabebuia
roseo alba) e amarelo
(Tabebuia chysotricha),
a proposta compreende
colorir o ambiente com flores
durante o segundo semestre
do ano, dispondo dois ipês
brancos mais próximos do
edifício pela presença de
folhas ao longo do ano,
enquanto os ipês amarelos
estão dispostos mais ao
sul do edifício de forma
a enlaçar o projeto como
um todo, além de marcar o
terreno durante o segundo
semestre ao longo do eixo
da Rua Casemiro Dias.

As gramíneas
aplicadas no local são
da espécie Bermuda
(Cynodon dactylon), que
tem características de
crescimento e preservação
que se adaptam facilmente



Nome Popular

Ipê-branco

Nome Científico

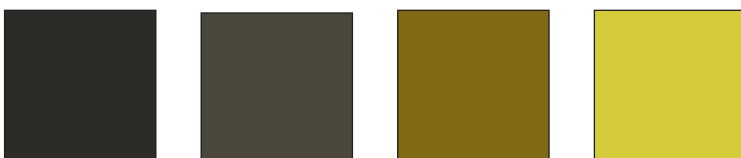
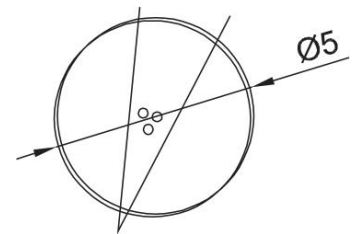
Tabebuia roseo alba

Porte: médio porte (10 m).

Copa: piramidal (5 m).

Floração: perene (Ago-Out).

Simbologia



Nome Popular

Ipê-amarelo

Nome Científico

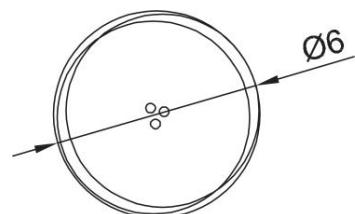
Tabebuia chrysotricha

Porte: pequeno porte (6 m).

Copa: arredondada e com transparência (6 m).

Floração: perene (Ago-Set).

Simbologia



às condições climáticas do município: toleram altas temperaturas e as épocas de estiagem.

A distribuição de bancos e mesas para as áreas de permanência concentrou-se, em sua maioria, nos núcleos de sombra da praça, algumas mesas de apoio foram dispostas ao longo do eixo com a proposta de servirem de apoio para a criação de um comércio local de venda de diversos produtos, entre eles, mas não somente, a produção da marcenaria e da padaria, oferecendo um espaço para a comunidade estabelecer formas de convívio social em diferentes graus de interação.



Banco cimentício

Comprimento: 1,60 metros;
Largura: 0,46 metro;
Altura: 0,45 metro.



Mesa em concreto armado

Comprimento: 2,00 metros;
Largura: 0,70 metro;
Altura: 0,75 metro.



Luminária pública em alumínio

Tipo: LED;
Lâmpada: 75W;
Tensão: 220v - 60Hz;
Altura: 3,5 metros.

DETALHES TÉCNICOS

Como dito anteriormente, o edifício consiste em dois blocos que abrigam diferentes funções do prédio, unidas por uma área de circulação que envolve os dois objetos.

Como característica comum em ambos os edifícios, as janelas foram dispostas de ambos os lados em todos os ambientes de forma a criar uma corrente de ar fresco contínua, podendo ser direcionado conforme a necessidade e direção dos ventos.

Além disso, a disposição das aberturas no projeto contribui para a preservação do ritmo arquitetônico implantado no projeto.

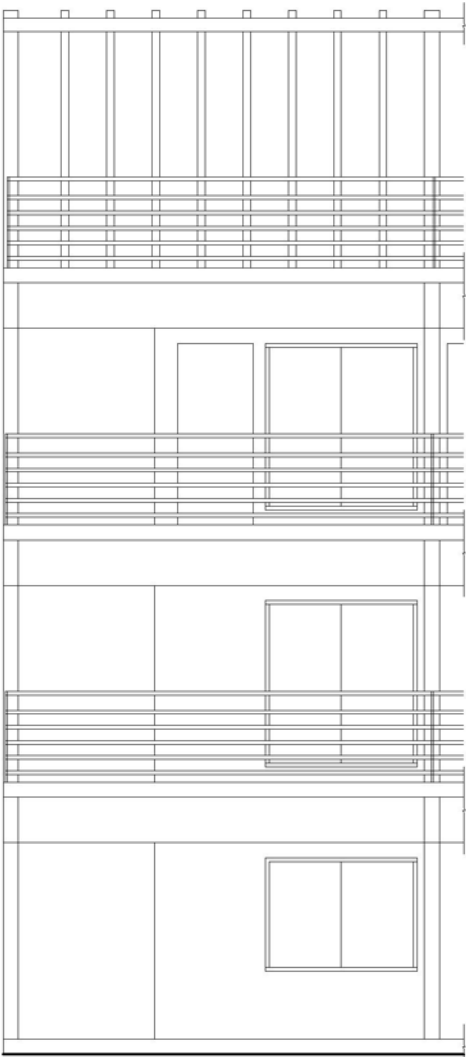
Optou-se por trabalhar a caixilharia em PVC, e os vidros duplos temperados reflexivos Blindex.

JANELAS

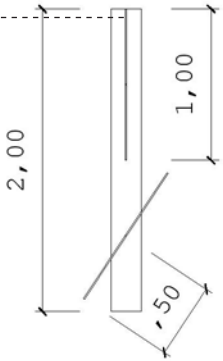
Janela Pivotante

Caixilharia de PVC

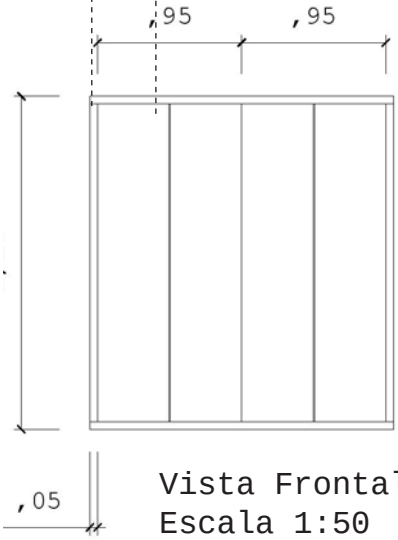
Vidro Duplo Temperado
Reflexivo Blindex



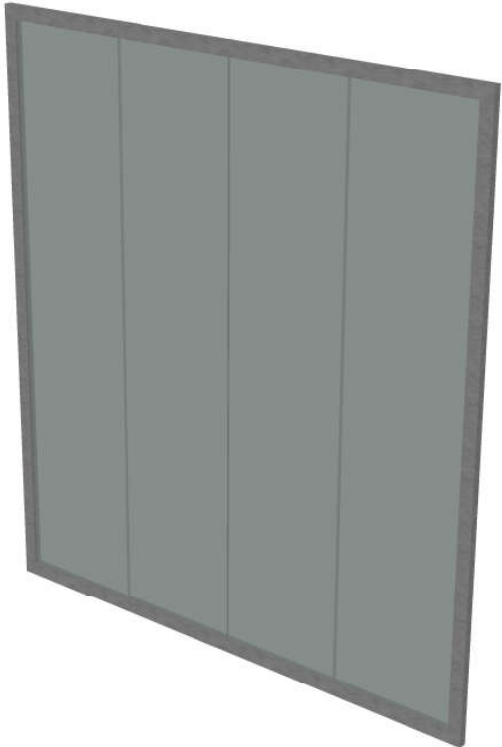
Corte de Pele
Escala 1:100



Vista Superior
Escala 1:50



Vista Frontal
Escala 1:50

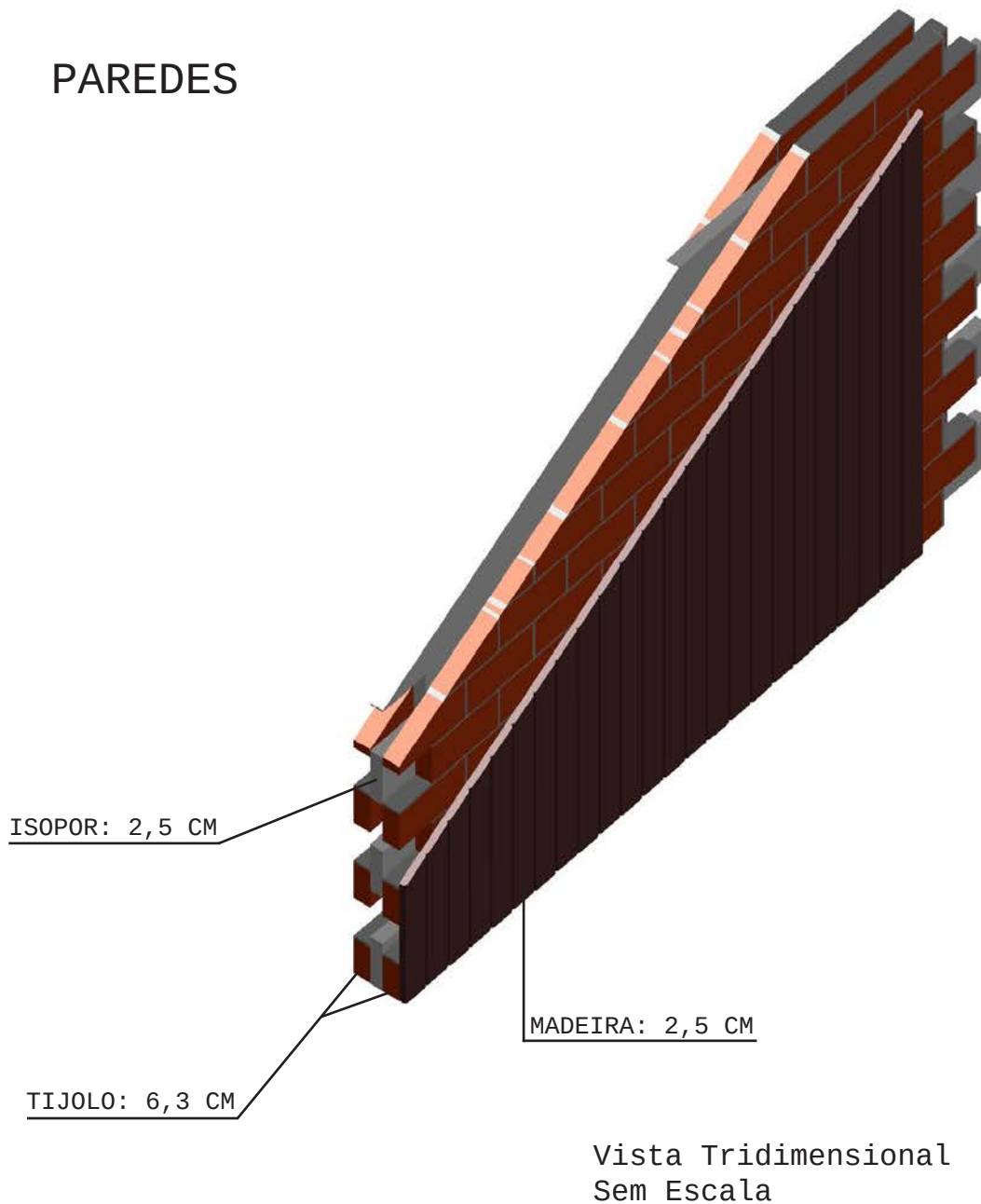


Vista Tridimensional
Sem Escala

Outra característica importante a ser ressaltada diz respeito aos materiais que compõem os fechamentos das paredes - compostos por uma lâmina de madeira de 2,5 cm de espessura, uma fileira de tijolos maciços de 30,5 cm x 15,2 cm x 6,3 cm (c x a x l), seguida de uma camada de tijolos de isopor de 4,9 cm, e outra camada de tijolos que culmina no ambiente interno, totalizando uma parede com 20 cm de espessura e três materiais.

Para determinar a eficiência energética da parede proposta foi calculado o atraso térmico que esta possuirá, fazendo uma comparação com as paredes de alvenaria convencional de tijolo furado.

PAREDES



Definição dos materiais

Tijolo maciço - 0,063m de espessura

$$\lambda = 1,00 \text{ W/(m.K)} \quad c = 0,92 \text{ kJ/(kg.K)} \quad \rho = 1700 \text{ kg/m}^3$$

Isopor - 0,049m de espessura

$$\lambda = 0,035 \text{ W/(m.K)} \quad c = 1,42 \text{ kJ/(kg.K)} \quad \rho = 30 \text{ kg/m}^3$$

Madeira - 0,025m de espessura

$$\lambda = 0,14 \text{ W/(m.K)} \quad c = 2,30 \text{ kJ/(kg.K)} \quad \rho = 600 \text{ kg/m}^3$$

Argamassa celular - 0,02m de espessura

$$\lambda = 0,40 \text{ W/(m.K)} \quad c = 1,00 \text{ kJ/(kg.K)} \quad \rho = 1000 \text{ kg/m}^3$$

CÁLCULO DE CONFORTO TÉRMICO

Composição da Parede

Área Seção 1 e 3

Composição: madeira- argamassa - isopor - argamassa

$$A = b \cdot h$$

$$A_{\text{madeira}} = 0,025 \cdot 0,02 = 0,0005 \text{m}^2$$

$$A_{\text{argamassa}} = 2 \cdot (0,063 \cdot 0,02) = 0,00252 \text{m}^2$$

$$A_{\text{isopor}} = 0,049 \cdot 0,02 = 0,00098 \text{m}^2$$

$$A_{\text{total}} = 0,004 \text{ m}^2$$

Área Seção 2

Composição: madeira - tijolo - isopor - tijolo

$$A = b \cdot h$$

$$A_{\text{madeira}} = 0,025 \cdot 0,152 = 0,0038 \text{m}^2$$

$$A_{\text{tijolo}} = 2 \cdot (0,63 \cdot 0,152) = 0,19152 \text{m}^2$$

$$A_{\text{isopor}} = 0,049 \cdot 0,0152 = 0,007448 \text{m}^2$$

$$A_{\text{total}} = 0,202648 \text{ m}^2$$

Resistência Térmica de Superfície a Superfície

A resistência térmica de superfície a superfície de um componente plano constituído de camadas homogêneas e não homogêneas, perpendiculares ao fluxo de calor, é determinada pela expressão:

$$R_t = (A_1 + A_2 + \dots + A_n) / (A_1/R_1 + A_2/R_2 + \dots + A_n/R_n)$$

Onde:

$R_1, R_2, \dots, R_n$ são as resistências de superfície para cada seção

(a, b, ..., n) determinadas pela expressão $R = e/\lambda$

$A_1, A_2, \dots, A_n$ são as áreas de cada seção

Portanto;

$$R = e / \lambda$$

$$R_{\text{tijolo}} = 0,063/0,7 = 0,09$$

$$R_{\text{madeira}} = 0,025/14 = 0,178$$

$$R_{\text{isopor}} = 0,049/0,035 = 1,4$$

$$R_{\text{argamassa}} = 0,063/0,4 = 0,157$$

Seção 1 e 3

Composição: madeira- argamassa - isopor - argamassa

$$R_1 = R_{\text{madeira}} + R_{\text{argamassa}} + R_{\text{isopor}} + R_{\text{argamassa}}$$

$$R_1 = 1,892$$

Seção 2

Composição: madeira - tijolo - isopor - tijolo

$$R_2 = R_{\text{madeira}} + R_{\text{tijolo}} + R_{\text{isopor}} + R_{\text{tijolo}}$$

$$R_2 = 1,758$$

Resistência Térmica Total

$$R_t = (A_1 + A_2 + \dots + A_n) / (A_1/R_1 + A_2/R_2 + \dots + A_n/R_n)$$

$$R_t = (0,004 + 0,202648) / (2 \cdot (0,004/1,892) + (0,202648)/1,758)$$

$$R_t = 1,34 \text{ (m}^2 \cdot \text{K) / W}$$

Capacidade térmica de componentes

A capacidade térmica de componentes pode ser determinada pela expressão:

$$CT = \sum_{i=1}^n \lambda_i \cdot R_i \cdot c_i \cdot \rho_i = \sum_{i=1}^n e_i \cdot c_i \cdot \rho_i$$

$$CT = (A_1 + A_2 + \dots + A_n) / (A_1/CT_1 + A_2/CT_2 + \dots + A_n/R_n)$$

Onde:

λ_i é a condutividade térmica do material da camada i

R_i é a resistência térmica da camada i

e_i é a espessura da camada i

c_i é o calor específico do material da camada i

ρ_i é a densidade de massa aparente do material da camada i

Seção 1 e 3

$$CT1 = \text{Madeira} + 2. \text{ Argamassa} + \text{Isopor}$$

$$CT1 = 0,025.600.2,30 + 2.(0,02.1000.1,00) + 0,049.30. 1,42$$

$$CT1 = 76,5874 \text{ KJ/m}^2.\text{K}$$

Seção 2

$$CT2 = \text{Madeira} + 2.\text{Tijolo maciço} + \text{Camada de Isopor}$$

$$CT2 = 0,025.600.2,30 + 2.(0,063.0,92.1300) + 0,049.30. 1,42$$

$$CT2 = 187,2834 \text{ KJ/m}^2.\text{K}$$

Capacidade Térmica Total

$$CT = (A1+A2+...+ An) / (A1/CT1+ A2/CT2+...+ An/Rn)$$

$$CT = (2.0,004+0,202648) / (2.(0,004/76,5874) + 0,202648/187,2834)$$

$$CT = 110,8673 \text{ KJ/m}^2.\text{K}$$

Atraso Térmico de um componente – elemento heterogêneo

No caso de um componente (a parede em questão) formado por diferentes materiais superpostos em “n” camadas paralelas às faces (perpendiculares ao fluxo de calor), o atraso térmico varia conforme a ordem de camadas.

Para calor específico quando em (kJ/(Kg.K)), o atraso térmico é determinado através da expressão;

$$\Phi = 1,382.Rt.\sqrt{B1+B2}$$

Onde:

Rt é a resistência térmica de superfície a superfície do componente

$$B2 = 0,205 . ((\lambda . \rho . c)_{ext}/Rt) . (R_{ext} - (Rt-R_{ext})/10)$$

$$B1 = 0,226.B0/Rt$$

$$B0 = CT - C_{text}$$

CT é a capacidade térmica total do componente

Ctext é a capacidade térmica da camada externa do componente

Portanto;

$$B0 = CT - C_{text}$$

$$B0 = 110,8673 - (0,025.600.2,30)$$

$$B0 = 76,3678$$

$$B1 = 0,226.B0/Rt$$

$$B1 = 0,226.76,3673/1,34$$

$$B1 = 12,88$$

$$B2 = 0,205 \cdot ((\lambda \cdot \rho \cdot c)_{ext}/Rt) \cdot (R_{ext} - (Rt - R_{ext})/10)$$

$$B2 = 0,205 \cdot (((0,14.600.2,3))/1,34) \cdot (0,178 - (1,34 - 0,178)/10)$$

$$B2 = 5,1448$$

$$\Phi = 1,382.Rt.\sqrt{B1+B2}$$

$$\Phi = 1,382.1,34.\sqrt{12,88+5,1448}$$

$$\Phi = 7,86 \text{ horas} \sim 8 \text{ horas}$$

A diferença de eficiência entre as paredes convencionais e as propostas se justifica a partir da análise dos resultados obtidos: enquanto as primeiras apresentam um atraso térmico, segundo a NBR 12220, de aproximadamente **3 horas e 18 minutos**, o projeto prevê um retardamento de **8 horas** até o calor transpassar o fechamento e atingir o ambiente interno.

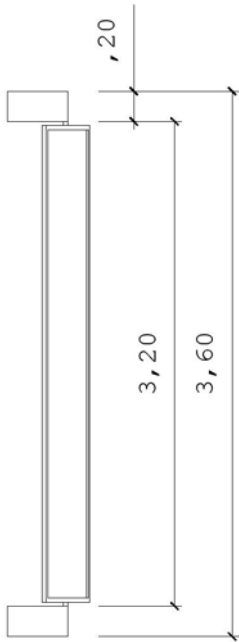
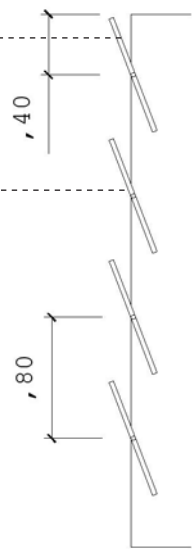
Considerando que o período de funcionamento do edifício será entre às 8:00 e às 22:00, é importante que haja uma janela confortável durante um período considerável que proporcione uma atmosfera aprazível para os usuários do local durante a tarde, período com maior incidência solar.

Além dos atributos previamente apontados, é imprescindível apontar que houve uma preocupação especial com a fachada oeste do projeto. Presidente Prudente é uma cidade do interior paulista que apresenta uma média de temperatura de 21,6°C durante o ano, variando entre 16°C e 37°C, o que justifica uma intervenção drástica em relação a essa característica do município. Para tanto, propôs-se um brise vertical em aço corten com um eixo central fixado nas lajes estendidas do bloco com a fachada exposta para a direção oeste para amenizar os efeitos da radiação solar direta e contínua dentro dos ambientes internos do edifício.

BRISES

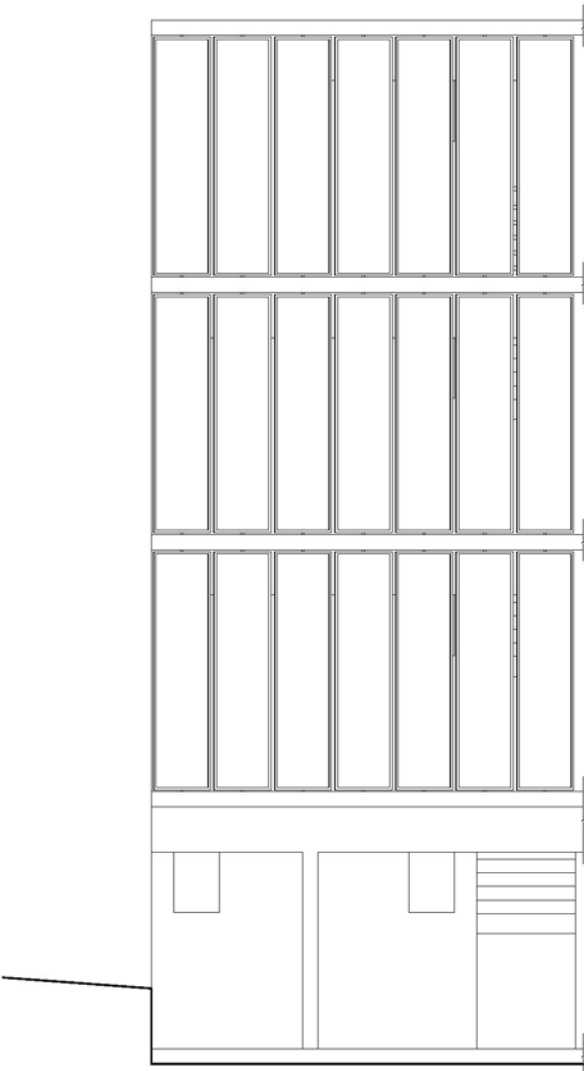
Brises Verticais
de Aço Corten

Brises Pivotantes
com Giro de 180°



Vista Superior
Escala 1:50

Vista Frontal
Escala 1:50



Corte de Pele
Escala 1:100



Vista Tridimensional
Sem Escala

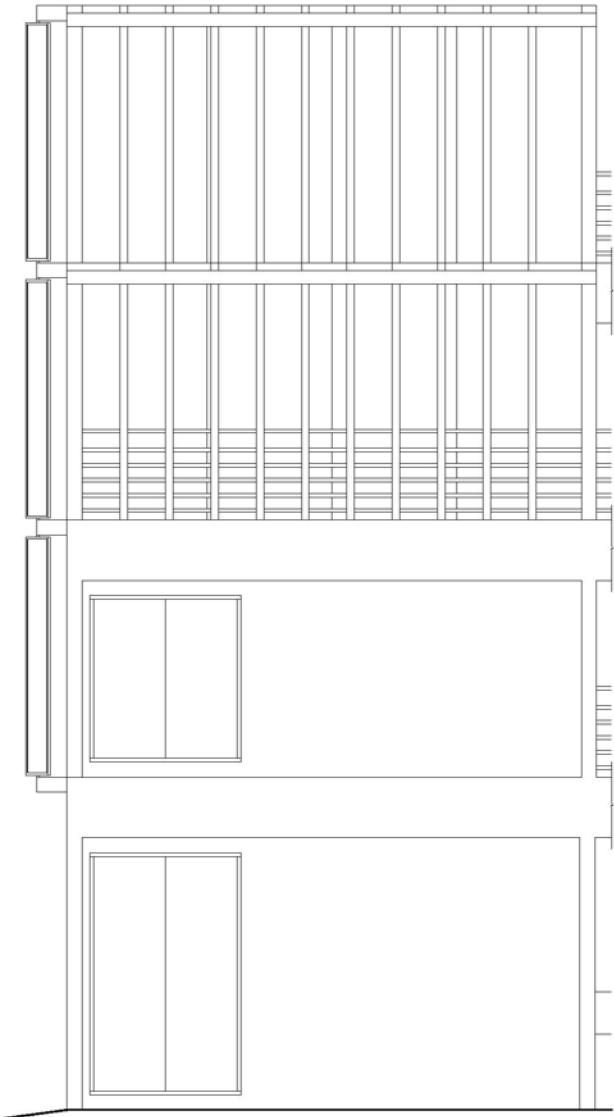
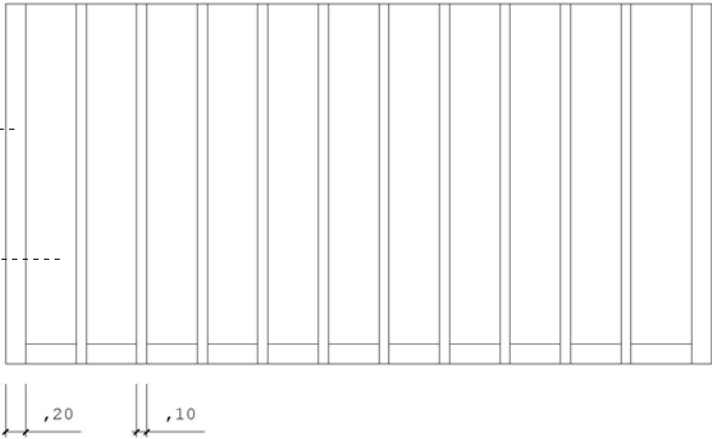
Outra propriedade advinda do ritmo estabelecido no projeto se dá pela presença de pérgolas em aço corten que simulam a continuidade do edifício, acrescentando um detalhe importante para a proposta e para os usuários do local que desfrutarão da vista com o auxílio dos pergolados para deixar a insolação diminuta. Ademais disso, pensou-se em uma vegetação que se atrelasse a essa estrutura partindo do solo do terreno e percorrendo uma estrutura móvel fixada nos pilares até alcançar a estrutura localizada nos pavimentos superiores.

PERGOLADO

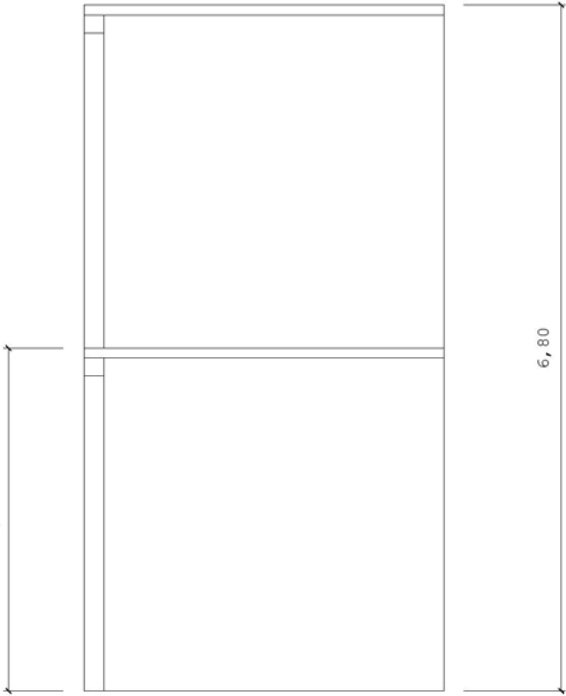
Pergolado de
Aço Corten

Espaçamento
de 50cm

Vista Superior
Escala 1:50



Corte de Pele
Escala 1:100



Vista Frontal
Escala 1:50



Vista Tridimensional
Sem Escala

**"EU LOGO SAIO DAQUI, E EU VOU
VOLTAR A SORRIR, TRISTEZAS FICAM
PRA TRÁS, ANGÚSTIA E DOR NUNCA
MAIS."**

509-E

05 CONCLUSÃO



CONCLUSÃO

Dentro do cenário apresentado anteriormente, é suma importância que haja um trabalho direcionado à população carcerária brasileira de forma a reinseri-la, de fato, na sociedade após o período de reclusão. Para tanto, é necessário que o poder público repense as políticas públicas voltadas a essa população, bem como deverá manter um determinado nível de contato com eles, a fim de evitar a reincidência no mundo do crime, além de contribuir com apoio jurídico e psicológico, dado o trauma vivido na prisão.

É imprescindível reagir perante essas formas de tratamento arcaicas que ditam a dinâmica de uma unidade prisional, que deveria garantir o sucesso no processo de conscientização do egresso e devolvê-lo em condições plenas para a sociedade.

Dentro desse panorama nada favorável, é preciso refletir sobre o papel da arquitetura dentro desse cenário de forma a contribuir para a construção de espaços que facilitem os processos de ressocialização e reinserção da população carcerária dentro do mercado de trabalho e, principalmente, dentro da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ALESSI, Gil. **Massacre em presídio de Manaus deixa 56 detentos mortos**. 2017. El País. São Paulo. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/02/politica/1483358892_477027.html>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

AMORIM, Margarete C. C. T. **Análise ambiental e qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente – SP**. 1993. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 1993.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSIS, Rafael D. de. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro: A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões num ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro>>. Acesso em 21 de outubro de 2016.

BRANDÃO, Jammilly M. F.; FARIAS, Angelica C. de A. **Inclusão Social de Ex-Detentos no Mercado de Trabalho: Reflexões acerca do Projeto**

Esperança Viva, 2013. Trabalho apresentado no 4º Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2013/2013_EnGPR212.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

BRASIL. **Constituição**, 1988.

BRASIL; LEI DE EXECUÇÃO PENAL (1984). **Lei de execução penal**. 9. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1996.

CHAVES, Vanessa A. **O trabalho do preso na execução penal**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, VII, n. 18, ago 2004. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4110>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

ENGBRUCH, Werner; DI SANTIS, Bruno M. **A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo**. Revista Liberdades. São Paulo, n° 11, 2012. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/145-HISTORIA>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

FILHO, Luís F. C. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002. 88 f. (coleção)

FILHO, Milton J. de C. **Te prepara pra sair: síntese analítica sobre a situação dos egressos do sistema penitenciário brasileiro.** São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel38/MiltonFilho.pdf>>. Acesso em 03 de outubro de 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** 40ª edição. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GRAVE, Fátima. **Trabalho, desemprego e Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Ano XXIII, n. 69, p. 73-106, mar. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2017.

MAGALHÃES, Maria C. R. **Na sombra da cidade.** São Paulo: Escuta, 1995. 226 f. (coleção).

MIRABETE, Júlio F. **Execução Penal: comentários à Lei n. 7.210, de 11-07-84.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004, p.84.

MIRAGLIA, Livia M. M. **O direito do trabalho e a dignidade da pessoa humana pela necessidade de afirmação do trabalho digno como direito fundamental.** Anais do 19º Conselho Nacional de pesquisa e pós-graduação em direito. Fortaleza - CE, 2010. Disponível em: < [https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XIX+Encontro+Nacional+-+UFC-Fortaleza+\(09%2C+10%2C+11+e+12+de+junho+de+2010\).pdf](https://s3.amazonaws.com/conpedi2/anteriores/XIX+Encontro+Nacional+-+UFC-Fortaleza+(09%2C+10%2C+11+e+12+de+junho+de+2010).pdf) >. Acesso em 13 de setembro de 2016.

PEREIRA, Rafaela C. **O sujeito egresso: Trabalho e estigma. O egresso do sistema prisional: Do estigma à inclusão social.** Minas Gerais. V. 1, 2013. Disponível em: <<http://institutoelo.org.br/site/files/publications/6249f589266779f9bd30d6a403db544f.pdf>>. Acesso em 28 de novembro de 2017.

RIBEIRO, Victor R. **Programas de Laborterapia em condenados do sistema penal catarinense: mapeamento e análise do modelo de gestão da laborterapia empregado pela Secretária de Segurança Pública e Defesa do Cidadão,** 2009. Monografia apresentada na Universidade Vale do Itajaí. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp123914.pdf> >. Acesso em 16 de setembro de 2016.

SANTANA, Flávia C. V. **Reinserção social dos egressos do sistema prisional.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/34158/reinsercao-social-dos-egressos-do-sistema-prisional>>. Acesso em 03 de agosto de 2016.

SOARES, Marcelo dos S. **Condições dos ventos em Presidente Prudente-SP: impactos e potencial eólico.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2001.

SOUZA, Felipe; DALVA, Gercina. **Estigmatização do réu diante da sociedade.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3937, 12 abr. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/27268/a-estigmatizacao-do-reu-diante-da-sociedade>>. Acesso em 11 de novembro de 2016.

TRENTINI, Sergio. **Conectar a vida urbana com a natureza torna as pessoas mais saudáveis.** The City Fix Brasil, WRI Brasil - Cidades Sustentáveis, 28 junho de 2016. Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2016/06/28/conectar-a-vida-urbana-com-a-natureza-torna-as-pessoas-mais-saudaveis/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.